AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 34 | Nº 10 | OUTUBRO 2014 | R$ 15,00



ISSN 0100-4298

FGV GVagro CENTRO DE AGRONEGÓCIO

EM 2015, É GRANDE A CHANCE DE AJUSTE FISCAL E REALINHAMENTO DE PREÇOS

O agronegócio sofrerá menos as mudanças na economia

CONFINAMENTO | BOM RESULTADO COM PROFISSIONALISMO

DESMATAMENTO | AÇÃO PÚBLICA É FUNDAMENTAL

O agronegócio é o seguinte

DE OLHO EM 2015

OS NÚMEROS do Produto Interno Bruto (PIB) do 1º semestre de 2014 indicam que a economia brasileira está em recessão técnica. A recessão técnica é definida pelos economistas como a sequência consecutiva de queda da atividade econômica em dois trimestres em relação ao trimestre imediatamente anterior – neste caso, uma queda de 0,2% no 1º trimestre de 2014 e de 0,6% no 2º trimestre.

No longo e médio prazos, a recuperação do crescimento deve ser sustentada pelo aumento da produtividade e da competitividade na economia, em que o investimento, a capacitação do capital humano e o aumento gradual da concorrência são fundamentais. É necessário recuperar a credibilidade da política fiscal e trazer previsibilidade às políticas monetária e cambial. Para recuperarmos nossa trajetória de crescimento sustentado, não há saída indolor.

Nesse sentido, nos próximos dois anos, a economia brasileira terá ajustes de juros, câmbio e política fiscal. O agronegócio será um dos setores que menos sentirá o impacto destes ajustes, principalmente porque, para a maioria das cadeias agroindustriais, a conjuntura externa tende a ser mais importante do que a situação doméstica. Uma desvalorização da taxa de câmbio pode, por um lado, pressionar os custos de alguns insumos, mas, por outro lado, pode aumentar a rentabilidade dos setores exportadores. Ambos os efeitos podem ser atenuados, dada a perspectiva de leve queda dos preços das *commodities* de uma forma geral. Mudanças na taxa Selic não têm alterado as taxas de juros cobradas no crédito oficial, porém não haverá espaço para grandes expansões nos recursos disponíveis para crédito e subvenção.

O desmatamento das florestas tropicais é geralmente relacionado ao crescimento econômico nos países que abrigam estes ecossistemas. Dado que as nações em desenvolvimento tendem a apresentar taxas de crescimento econômico elevadas, elas deveriam apresentar mais desmatamento do que o observado em nações desenvolvidas. Tal problema seria agravado pela diferença em termos de regulação e monitoramento ambiental entre o grupo de países. Ao se analisar casos como o brasileiro, fica evidente que esse determinismo não corresponde à realidade, havendo grande espaço para atuação de agentes públicos na redução do desmatamento. E isso pode ser feito sem comprometer o crescimento econômico, até mesmo aquele baseado em atividades agrícolas.

No Brasil, o confinamento representa por volta de 10,0% do número total de abates de bovinos no País, mas interfere diretamente nos preços de mercado. Com isso, o planejamento da atividade é fundamental para antecipar os movimentos de altas e de baixas dos preços, bem como para garantir bons resultados econômicos. No caso do confinamento bovino, o resultado positivo está diretamente relacionado a uma boa compra do boi magro e/ou dos insumos, em especial dos alimentos. Na simulação realizada para dois cenários distintos, o resultado obtido com o confinamento variou de R$ 39,13 por cabeça (rentabilidade média de 1,70%) a R$ 129,13 por cabeça (rentabilidade de 5,85%).

O mundo espera, para a temporada 2014/15, a saída dos campos da maior produção de soja de toda a história, com os preços da oleaginosa no menor valor em quatro anos. No entanto, alguns fundamentos de peso, esquecidos pela mídia, precisam ser revistos com cautela. Pela primeira vez na história, o consumo global de óleo deve consumir 46,2 milhões de toneladas, para uma produção prevista em 47,0 milhões. Com isso, os estoques devem subir muito pouco, garantindo vinte e seis dias de abastecimento. Isso representa o segundo maior arrocho de abastecimento em quase quarenta anos, abaixo apenas do previsto para a safra 2013/14.

Neste mês, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) comemora o tradicional Dia Mundial da Alimentação. O objetivo é provocar a reflexão sobre as causas da volatilidade dos preços e a importância da adoção de medidas estruturais para alterar essa situação, que traz mais vulnerabilidade ao sistema alimentar global. Pelo terceiro ano consecutivo, o Brasil foi considerado a nação mais preparada na luta contra a fome. O País conquistou essa colocação devido à combinação das políticas de proteção social, à inclusão do direito a alimentação na Constituição Federal, à criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e ao plano para adaptação a mudanças climáticas.

Para finalizar, destaque para o Caderno Especial da Aprosoja-MT, entidade que comemorou dez anos em fevereiro último, mas que, apesar de nova, já deixa uma folha de serviços e inciativas prestados ao agronegócio nacional. ■

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Gustavo Diniz Junqueira, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redator: Paulo Roque
Capa: Patricia Werner e Camila Senna
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho
Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Antonio Alberto Gouveia Vieira, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Joaquim Levy, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), Leonardo André Paixão (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior
Suplentes: Cesar Camacho, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Roberto Castello Branco (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio





Abre Aspas

06 Alexandre Figliolino | A crise vai afetar os produtores de maneira assimétrica

09 Macroeconomia | O PIB de 2014 e o ano de 2015

10 Agrodrops

12 Frases e Comentários

Mercado & Negócios

13 Ajustes da política econômica | Agronegócio será pouco afetado

15 Confinamento | Preço recorde, mas resultado é apertado

17 África do Sul | Primeira Adidância Agrícola brasileira

19 Agricultura familiar | Sua importância para o agronegócio

20 Gasolina e diesel | Evolução dos preços no Brasil

22 Agricultura mundial | Perspectivas para 2014-2023

Mercado & Negócios: Tendências

24 Soja | Momento de cautela?

25 Gado gordo | Blindagem nas informações

26 Milho | Mercado em constante ameaça no Brasil

Sustentabilidade

27 Floresta | Ação pública reduz desmatamento

Conteúdo Especial

28 Especial ABCBio | A hora e a vez dos biológicos

33 Especial Aprosoja-MT | Modelo único de representatividade

43 Especial Andef | Políticas públicas

Colunas

44 Diário de bordo | Índice de produtividade, de novo!

45 Produzir | Melhorar o ambiente regulatório é prioridade para 2015

46 Opinião | A agricultura no planeta azul

47 Reflexão | Mudar para avançar

48 Serviço ao agronegócio

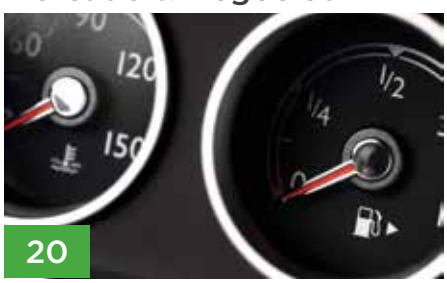
Mercado & Negócios



13

Ajustes da política econômica

Mercado & Negócios



20

Gasolina e diesel

Conteúdo Especial



33

Modelo único de representatividade

Alexandre Figliolino
Diretor comercial de açúcar e etanol do Itaú BBA

A CRISE VAI AFETAR OS PRODUTORES DE MANEIRA ASSIMÉTRICA

Por Paulo Roque

A queda nos preços das *commodities* poderá gerar essa situação e, segundo Figliolino, os mais afetados serão aqueles "mais alavancados financeiramente, que assumiram grandes compromissos com aquisição de terras e desenvolvimento de novas áreas, bem como os que ainda não estão performando suas operações com elevados padrões de produtividade e baixo custo". Nesta entrevista exclusiva à ***Agroanalysis***, ele analisa a economia brasileira e seus reflexos no agronegócio, em que destaca, também, a crise do setor sucroenergético – "paradoxalmente, nunca o Brasil precisou tanto do etanol e da bioeletricidade como agora" – e a necessidade de uma política de comércio exterior "que nos coloque em pé de igualdade com os nossos competidores".

AGROANLYSIS **Qual a sua análise sobre o momento da economia brasileira, principalmente com relação à inflação e às taxas de câmbio e de juros?**

ALEXANDRE FIGLIOLINO É muito frustrante, para todos nós brasileiros, estarmos atravessando uma fase marcada por inflação batendo no teto da meta, ao redor de 6,5%, e, ao mesmo tempo, termos números de crescimento do PIB pífios, como ocorreu nos últimos trimestres. Esta conjunção de indicadores negativos, segundo economistas, aponta para uma constatação de que o modelo de crescimento adotado nos últimos anos, muito focado no crescimento do consumo, esteja esgotado. E, para que possamos retomar o caminho do crescimento sustentável, fortes ajustes e correção de rumos têm que ser feitos. Assusta nossa economia estar com inflação alta, com importante grupo de preços tendo seu aumento represado, como é o caso da energia elétrica e dos combustíveis, o que dá uma ideia dos desafios que nos aguardam no ano que vem, qualquer que seja o vencedor das eleições presidenciais.

Quanto à taxa de câmbio, claramente, o preço hoje está errado, o que é facilmente constatado ao olharmos para nosso déficit em conta corrente já apontando para a casa dos U$ 80 bi, patamar insustentável no médio e longo prazos. Claramente, temos problemas fortes de competitividade em vários setores da nossa economia e, sem dúvida, o câmbio errado, mantido artificialmente por fortes leilões diários de *swap* do BC, terá que sofrer ajustes. Existe uma forte mudança de preços relativos da nossa balança comercial, ou seja, importantes itens de exportação brasileira, como soja, minério de ferro, açúcar e outras *commodities*, têm sofrido queda de preços, o que também deve induzir a mudança de patamar. A questão dos fluxos financeiros e de investimento também pode ser fonte de pressão na desvalorização do real, na medida em que o Brasil sofra abalos na sua credibilidade junto aos mercados. Por isso, com certeza, se há uma prioridade que deverá ser levada em conta logo no início do próximo governo, é um compromisso sério, irrevogável e irretratável com uma política fiscal respon-



> "HOJE, A SITUAÇÃO APONTA PARA PELO MENOS DOIS ANOS DE VACAS MAGRAS E MARGENS BEM APERTADAS, O QUE PODE LEVAR A UM AUMENTO DA INADIMPLÊNCIA NUM FUTURO PRÓXIMO."

> “NO CAMPO DA POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR, VAMOS DE MAL A PIOR.”

sável, com superávit fiscal primário em nível suficiente para que a dívida interna não tenha um crescimento explosivo.
Estamos com taxas de juros elevadas, muito mais altas do que gostaríamos, mas, infelizmente, é a taxa necessária hoje para a manutenção da inflação dentro de certos níveis. Esperamos que, num futuro não muito distante, outras variáveis macroeconômicas abram espaço para uma redução da taxa. Dependendo da forma como os futuros ajustes forem implementados, podemos ter momentaneamente taxas de juros ainda mais elevadas em relação à que temos hoje.

AGROANALYSIS **Renda do agronegócio: até que ponto o produtor rural poderá ser afetado?**
AF No atual momento, existem importantes setores do agronegócio brasileiro tendo que conviver com margens bem mais apertadas do que aquelas que vimos nos últimos anos. Estamos falando dos grãos, soja e milho, do algodão e da cana-de-açúcar. A carne bovina vive um momento excepcional, fruto da situação de escassez de oferta no mercado mundial. Suínos e aves voltaram a ter um alento em função da menor pressão de custos, problemas sanitários em alguns importantes países produtores e embargo à Rússia por parte da Europa e dos Estados Unidos.
O momento que passamos a viver agora já era esperado. A seca americana de 2012 até adiou o previsível e necessário freio de arrumação, mas, agora, ele chegou, e temos que lidar com essa situação da melhor forma possível. Evidentemente que essa crise motivada por patamares de preços mais baixos vai afetar os produtores de maneira assimétrica. Serão mais afetados aqueles produtores mais alavancados financeiramente, que assumiram grandes compromissos com aquisição de terras e desenvolvimento de novas áreas, bem como os que ainda não estão performando suas operações com elevados padrões de produtividade e baixo custo.

AGROANALYSIS **A inadimplência ainda é um fator preocupante?**
AF Exatamente agora, encontramos os mais baixos índices de inadimplência históricos do setor agrícola. A agricultura familiar está aparentemente capitalizada e conta com uma rede de proteção excepcional oferecida pelo Governo que envolve seguro obrigatório, política de preços mínimos e financiamento a juros bem baixos. A agricultura empresarial, na média, também está bem capitalizada e viveu seguidos anos com boas margens de rentabilidade graças aos preços e à evolução dos índices de produtividade. Linhas de crédito baratas, como o PSI*, garantiram a renovação do nosso parque de máquinas, com taxas de juros fortemente negativas.
Hoje, a situação aponta para pelo menos dois anos de vacas magras e margens bem apertadas, o que pode levar a um aumento da inadimplência num futuro próximo. Preocupam muito situações como a vivida hoje pelos produtores de milho do Centro-Oeste, como também a dos de feijão e dos fornecedores de cana-de-açúcar, que enfrentam condições de mercado extremamente adversas.

AGROANALYSIS **O que ainda falta para incrementar as exportações e a competitividade do agronegócio brasileiro?**
AF Evidente que todo esse crescimento exuberante que vimos nos últimos anos no agronegócio só foi possível em função da nossa elevada competitividade porteira para dentro, fruto principalmente da evolução tecnológica. Fundamental, também, é a existência de mercados em forte expansão, como assistimos na Ásia, Oriente Médio e Leste Europeu. Isso propiciou números de exportação na casa de 3 dígitos em bilhões de dólares, o que muito nos orgulha e que é tão importante, hoje, para o equilíbrio das nossas contas externas. Porém, precisamos estar mais bem preparados para enfrentar períodos de vacas magras, e, então, a questão de competitividade em relação a nossos concorrentes, que têm evoluído também, é muito importante. Estamos indo bem da porteira para dentro, com tecnologia, altos índices de produtividade, duas safras por ano, economia de escala, melhoramento paulatino e contínuo dos padrões de gestão e governança nas principais empresas. Mas, para fora, existe muito a se fazer.
Logística, pelo peso que tem hoje nos custos do produto colocado no porto, é um ponto-chave. Temos bons projetos nesta área, com excelente nível de retorno que, com certeza, deveriam atrair capitais de excelente qualidade. Porém, a burocracia, a incapacidade de planejar, projetar e executar bem, aspectos regulatórios falhos e confusos, demoras de licenciamento etc. têm feito as coisas caminharem muito lentamente nas áreas de portos e ferrovias, e um pouco melhor na parte rodoviária.
No campo da política de comércio exterior, vamos de mal a pior. Falta uma linha mais pragmática e menos ideológica de conduta, que privilegie o acesso de produtos brasileiros a importantes mercados, por meio de acordos bilaterais, regionais, multilaterais que reduzam tanto as barreiras tarifárias, como as não tarifárias, e que nos coloque em pé de igualdade com os nossos competidores.

AGROANALYSIS **Poderia priorizar três pontos para o próximo governo?**
AF Primeiro, equilíbrio macroeconômico que propicie as bases sustentáveis para um crescimento de longo prazo, pois de voo de galinha estamos fartos. Segundo, arcabouço regulatório que destrave os in-

vestimentos em infraestrutura e dê segurança jurídica aos capitais que pretendam investir nesta área. E, finalmente, iniciar a construção de uma política agrícola equivalente ao que há de melhor no mundo. Construção esta que é demorada e envolve negociações com diversas outras áreas de governo. Isso envolverá discussão de formas mais modernas de financiamento das atividades dos diversos elos das cadeias agrícolas; mecanismos de proteção da renda do agricultor por meio, principalmente, de um programa de seguros agrícolas mais abrangente; maior inteligência na aplicação da carga fiscal com alíquotas menores e diminuição da informalidade que leve ao aumento do nível de transparência das informações do setor com seus *stakeholders*, provavelmente com a pejoração de uma parte importante dos produtores.

AGROANALYSIS **Os Títulos do Agronegócio cumprem bem o seu papel?**

AF A criação dos Títulos do Agronegócio, em 2005, foi um importante marco, porém sua utilização ainda está muito aquém do seu potencial, e muitos aperfeiçoamentos precisam acontecer para que venham a se constituir numa fonte importante de financiamento das cadeias agroindustriais. Muito elogiável a atitude recente de membros dos ministérios da Agricultura e Fazenda que têm dedicado esforços nas discussões com entes de mercado, visando a adaptações às condições de mercado. Maior facilidade no credenciamento de armazéns, aspectos legais e operacionais ligados aos registros e segurança dos títulos, fundo garantidor de crédito, etc. podem dar o impulso necessário a este mercado.

AGROANALYSIS **Em sua opinião, o que é necessário para reerguer o setor sucroenergético?**

AF Sem dúvida, esta é, hoje, a cadeia do agronegócio mais envolta em problemas e que atravessa, neste momento, o ponto mais agudo de uma longa crise. Paradoxalmente, nunca o Brasil precisou tanto do etanol e da bioeletricidade como agora, o que nos faz ter certeza de que só estamos nesse buraco por causa da nossa total incompetência. Nosso grande receio é que, a persistir esse cenário, haverá uma destruição importante do parque produtivo de toda a cadeia, num desperdício enorme de todo investimento feito até agora, além do desaparecimento de uma indústria de bens de capital voltada para o setor, que era reconhecida globalmente como referência, num ponto tal que pode comprometer sobremaneira um previsível movimento de retomada. Este movimento de retomada aconteceria em breve se houvesse um mínimo de inteligência das políticas públicas. O setor tem procurado cumprir sua parte



investindo fortemente na questão da redução dos custos e aumento de eficiência. São Pedro não tem feito a sua parte, já que castiga de forma impiedosa, com ausência de chuvas, importantes estados produtores. Quanto ao Governo, torçamos para que o perde-perde em relação ao etanol e à bioeletricidade, que hoje prevalece, seja substituído pelo ganha-ganha, que propicie a retomada dos investimentos, senão a oferta futura estará comprometida de forma quase que irreversível.

AGROANALYSIS **Brasil, grande potência agrícola: quais as tendências das *commodities*?**

AF Por mais que o curto prazo possa não ser alvissareiro para importantes culturas, não temos dúvida de que, no longo prazo, o Brasil firmar-se-á cada vez mais como grande potência agrícola mundial. Vamos planejar, definir estratégias, executar políticas bem discutidas e elaboradas, de forma primorosa. Analisemos todos os importantes gargalos que nos tiram competitividade e vamos, de uma vez por todas, assumir o lugar que o futuro do mundo nos reserva e não ficar, em função de nossas mazelas, dando amplo espaço aos nossos concorrentes. ■

> “PARADOXALMENTE, NUNCA O BRASIL PRECISOU TANTO DO ETANOL E DA BIOELETRICIDADE COMO AGORA, O QUE NOS FAZ TER CERTEZA DE QUE SÓ ESTAMOS NESSE BURACO POR CAUSA DA NOSSA TOTAL INCOMPETÊNCIA.”

* Finame Rural PSI – Programa de Sustentação do Investimento: financia a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas novos, fabricados no Brasil e credenciados pelo BNDES

Macroeconomia

O PIB DE 2014 E O ANO DE 2015

Clemens Nunes*

OS NÚMEROS do PIB no 2º trimestre de 2014 indicam que a economia brasileira está em recessão técnica no 1º semestre do ano. A recessão técnica é definida pelos economistas como a sequência consecutiva de queda da atividade econômica em dois trimestres em relação ao trimestre imediatamente anterior – neste caso, uma queda de 0,2% no 1º trimestre e de 0,6% no 2º trimestre de 2014. Dado que os números do PIB estão sujeitos a uma revisão posterior pelo IBGE, essa caracterização ainda não é definitiva. Mas qual a razão dos economistas distinguirem uma recessão técnica de uma recessão? Um quadro de recessão é caracterizado não só pela queda pontual da atividade econômica, mas também pela queda do nível de emprego, da renda real, da produção industrial e das vendas. Como uma queda relevante na atividade econômica tem efeitos defasados sobre estas demais variáveis, os economistas só conseguem datar com exatidão as mudanças dos ciclos econômicos com atraso. Como exemplo, o Comitê de Datação de Ciclos americano (NBER) caracterizou o pior momento da recessão nos Estados Unidos em junho de 2009, porém o fez apenas em setembro de 2010. Seria como diagnosticar a doença após o paciente estar curado ou morto. Para se antecipar o diagnóstico, os economistas utilizam regras de bolso, como no caso dos dois trimestres consecutivos de queda do PIB. Regras de bolso simplificam decisões, mas não funcionam bem em todos os casos.

No caso da economia brasileira, seria a recessão técnica uma simplificação indevida ou um processo generalizado de recessão? Embora o conjunto de indicadores ainda não caracterize uniformemente uma recessão, a sua tendência é preocupante. Na ótica da oferta, os números da indústria apontam inequivocamente na direção recessiva. O PIB da indústria cai consecutivamente há quatro trimestres, enquanto a produção industrial caiu 1,6% no ano comparado ao ano passado, conforme dados da PIF-PF (Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física) do IBGE. O emprego no setor caiu 3,6% em relação ao ano passado, configurando a 34ª queda seguida do indicador. O setor de serviços, que crescia ininterruptamente desde o 1º trimestre de 2009, apresentou queda de 0,5% em relação ao trimestre anterior. A desaceleração deste setor ameaça o crescimento do emprego, por tratar-se do maior empregador na economia e responsável pela dinâmica positiva do mercado de trabalho. A agropecuária, que cresceu 0,2% em relação ao trimestre anterior, manteve uma tendência positiva, porém o cenário prospectivo aponta na direção de preços de *commodities* mais baixos e desaceleração da demanda externa. Na ótica da demanda, o consumo, que tem contribuído majoritariamente para o crescimento do PIB, teve a menor alta desde o 1º trimestre de 2004 (0,3%). Fortemente dependente do emprego e do salário real, o consumo sofrerá com a desaceleração do mercado de trabalho, a inflação elevada e o endividamento crescente das famílias. Por sua vez, o investimento seguiu sua trajetória descendente, caindo 5,3% em relação ao trimestre anterior, comprometendo o crescimento no curto prazo e sua perspectiva futura.

Dado o estado presente e prospectivo da economia brasileira, vale a pena indagar como faremos para sair dessa ameaça recessiva. Em primeiro lugar, é necessário reconhecer que os fatores favoráveis ao crescimento econômico até 2010 não estão mais presentes. A rápida incorporação ao mercado da força de trabalho disponível, o salário real crescendo acima da produtividade, a demanda externa favorável, os preços elevados das nossas *commodities* e a política monetária expansionista das economias desenvolvidas são, agora, um retrato na parede. A mudança desse cenário requer uma gestão da política econômica distinta no curto e no longo prazos. No curto prazo, os desafios são enormes para o próximo governo. Primeiramente, é necessário criar um horizonte de previsibilidade na economia, recuperando a credibilidade da política fiscal e trazendo previsibilidade às políticas monetária e cambial. Os desequilíbrios nesse campo passam por aumentar o superávit primário, trazer a inflação para o centro da meta num horizonte crível e elaborar uma estratégia de saída para os *swaps* cambiais colocados pelo Banco Central. Tudo isso num cenário de realinhamento de preços domésticos, com grande impacto sobre a inflação. São ajustes impopulares e difíceis, particularmente num cenário de queda da atividade econômica e do emprego. No longo e médio prazos, a recuperação do crescimento deve ser sustentada pelo aumento da produtividade e da competitividade na economia, em que o investimento, a capacitação do capital humano e o aumento gradual da concorrência são fundamentais. Para recuperarmos nossa trajetória de crescimento sustentado, não há saída indolor. Escolhas difíceis deverão ser feitas entre o presente e o futuro, entre grupos de interesses e a maioria. Escolhas difíceis que não prescindem da presença de estadistas. ■

* Professor da Escola de Economia de São Paulo (EESP-FGV)

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail psroque@uol.com.br

A CAATINGA SOB UM NOVO OLHAR



Em comemoração aos quarenta anos no Brasil, a FMC lançou o livro "Olhos da Caatinga", que reúne fotos inéditas da fauna e flora do bioma exclusivamente brasileiro. O livro foi elaborado e produzido pelo engenheiro agrônomo Henrique José da Costa Moreira, com o objetivo de retratar este bioma exclusivamente brasileiro, não encontrado em nenhuma parte do mundo. A obra faz parte da Coletânea FMC, que teve sua primeira publicação em 2009, o livro "Olhos do Cerrado". Foram visitados mais de 100 municípios, 25 mil quilômetros rodados em estradas nos estados da Bahia, Piauí, Ceará, Paraíba, Alagoas e Sergipe. São 400 páginas com imagens inéditas, que estão disponíveis gratuitamente pelo site http://fmcagricola.com.br e pelo aplicativo FMC Agrícola Brasil em três línguas (português, inglês e espanhol).

ESALQ PODE PERDER 30% DA SUA ÁREA

A Estação Experimental de Ciências Florestais de Itatinga (EECF-Itatinga) corre o risco de ser transformada em polo logístico. O Departamento de Ciências Florestais (LCF), da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq-USP), responsável pela administração da Estação Experimental, lançou uma campanha em prol da sua manutenção. O coordenador da Estação, professor Silvio Ferraz, está convocando a comunidade esalqueana, todos os seus ex-alunos, pesquisadores, professores e profissionais ligados ao setor agrícola, florestal e de meio ambiente a apoiarem esse movimento, visando sensibilizar o governo estadual da importância desta área para o setor florestal, para a Ciência nacional e internacional, bem como para a conservação do meio ambiente. A Estação abriga reservas ecológicas que constituem hábitat para vinte e sete espécies de mamíferos e 129 de aves e é um dos mais importantes mananciais hídricos da região.

SETE NOVAS ESPÉCIES DE 'BACTÉRIAS DO BEM' PARA A AGRICULTURA

Pesquisadores da Embrapa acabaram de descrever sete novas espécies de bactérias benéficas à agricultura brasileira, denominadas "promotoras do crescimento" das plantas. As novas espécies (gêneros *Rhizobium* e *Bradyrhizobium*) trazem benefícios às culturas de soja, feijoeiro, feijão-caupi e leucena, com importância para a alimentação humana, animal, como adubo verde e com potencial para reflorestamento.Além de importância agronômica, as bactérias têm importância ambiental e econômica, uma vez que são capazes de captar o nitrogênio presente no ar e transformá-lo em uma forma de nitrogênio assimilável pelas plantas. O processo, chamado de fixação biológica de nitrogênio, é considerado o mais importante processo biológico do Planeta depois da fotossíntese.

LAGARTA-DA-MAÇÃ É ERRADICADA NO BRASIL



O Ministério da Agricultura anunciou que a lagarta-da-maçã (*Cydia pomonella*) está oficialmente erradicada. O inseto-praga, que foi excluído da lista de pragas quarentenárias presentes no Brasil e passou a constar da lista de ausentes, atinge diversos países, comoArgentina, Uruguai e Estados Unidos. Com a erradicação, estima-se que o setor de produção de maçãs – principal fruta atingida pela praga – incremente ainda mais as exportações. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX/MDIC), 83 mil toneladas de maçã foram exportadas em 2013, 24% a mais do que no ano anterior.

CIENTISTAS DIVULGAM O GENOMA COMPLETO DO CAFÉ

Após dez anos da descoberta do genoma funcional do café, que foi anunciado na ocasião como um feito científico inédito realizado por brasileiros, pesquisadores de onze países divulgaram, agora, o genoma completo do grão, pela primeira vez no mundo. A variedade estudada foi a Conilon (*Coffea canephora*), mais utilizada na produção de *blends*, que correspondem a cerca de 30% do mercado internacional. Misturado à *Coffea arabica*, é o tipo mais consumido no Brasil e no exterior. A partir de agora, será possível melhorar o produto geneticamente em menor espaço de tempo. Além disso, o novo sequenciamento permitirá desenvolver várias características no que diz respeito a precocidade, produtividade, resistência a pragas e doenças e tolerância a mudanças climáticas.

CÃES AJUDARÃO NA VIGILÂNCIA SANITÁRIA INTERNACIONAL

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) informou que o Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (Vigiagro) deve passar a contar com cães farejadores no trabalho de fiscalização. A inclusão dos cães farejadores no trabalho de fiscalização ajudará a liberar fiscais para atuarem em outras atividades importantes do Ministério e reduzirá o risco de entrada de pragas e doenças. Vários países com o sistema de defesa agropecuária bem estruturado já contam com cães farejadores. A expectativa é de que, nos próximos meses, com o avanço da elaboração do projeto piloto, seja possível avaliar as necessidades e as perspectivas para a implantação dos animais em escala nacional.

AÇÚCAR E ETANOL PASSAM A INTEGRAR O PROGRAMA REINTEGRA

Durante reunião com a presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (UNICA), Elizabeth Farina, e representantes das usinas, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciou que o açúcar e o etanol passarão a fazer parte do Programa Reintegra. Segundo o ministro, as empresas passarão a ser ressarcidas em 0,3% sobre as receitas decorrentes da exportação dos dois produtos. A partir de 2015, este percentual subirá para 3,0%. A medida foi encaminhada para a assinatura da presidente da República e passará a valer assim que publicada no Diário Oficial da União (DOU). Na avaliação da UNICA, é algo importante para o setor sucroenergético, mas ainda insuficiente para fazer frente à grave crise enfrentada pela indústria canavieira. Segundo a entidade, é preciso uma visão de longo prazo, principalmente no que se refere ao etanol e à biomassa, com políticas públicas claras, que possibilitem a recuperação da competitividade do setor.

ABIC DIVULGA NOVA CAMPANHA DE *MARKETING*

A Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) divulgou sua nova campanha de *marketing* durante a Semana Internacional do Café – realizada no Expominas, em Belo Horizonte –, que tem como mote o *slogan* "Tudo que é puro é melhor. Inclusive o seu café".

BRASIL É LÍDER NO TRATAMENTO DE EMBALAGENS DE DEFENSIVOS

As estatísticas comprovam: o Brasil ocupa o primeiro lugar no *ranking* mundial na destinação correta de embalagens vazias de defensivos agrícolas. Por meio do programa Sistema Campo Limpo, do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), somente no ano passado foram 40.400 toneladas, o que representou 94% de tudo que foi comercializado no mercado nacional. O país que mais se aproxima do Brasil é a França, com 77%, seguida pelo Canadá (73%), Alemanha (68%), Japão e Reino Unido (ambos com 50%) e Estados Unidos (acreditem: somente com 33%).

CARNE PARA O JAPÃO

Uma equipe de técnicos japoneses, liderada pelo diretor executivo adjunto da Agriculture & Livestock Industries Corporation (ALIC), agência vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária do Japão, Hiroto Takahashi, visitou o Brasil para coletar informações sobre o rebanho bovino. O Japão, atualmente, não importa carne bovina brasileira, devido ao rigor em relação às questões sanitárias, principalmente com relação à aftosa. O diretor da ALIC sugeriu que representantes dos dois países discutam a questão do controle sanitário em profundidade para esclarecer dúvidas e permitir, no futuro, a abertura do mercado japonês à carne bovina brasileira. O consumo *per capita* de carne bovina no Japão é de 6 quilos por habitante, considerado baixo em comparação à média mundial.





"O agricultor brasileiro conscientizou-se e sabe da importância de proteger o meio ambiente, de praticar uma agricultura sustentável e de se obter melhores índices de produtividade."

HIROTO TAKAHASHI, diretor executivo adjunto da Agriculture & Livestock Industries Corporation (ALIC)

"A cadeia que integra o Sistema está apoiada em uma lei inteligente que estabelece a responsabilidade compartilhada, envolvendo agricultores, cooperativas e indústrias fabricantes de defensivos."

JOÃO CESAR MENEGHEL RANDO, diretor presidente do Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), sobre o Sistema Campo Limpo para reciclagem de embalagens de agroquímicos

"O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é o principal ponto positivo do novo Código Florestal, capaz de promover a regularização de 5,2 milhões de imóveis rurais, e o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) cria oportunidades e pode gerar renda para os proprietários rurais. A falta de regularização ambiental pode levar-nos a perder competitividade em mercados e, pior, fará o País continuar convivendo com a ilegalidade e a insegurança jurídica."

ROBERTO RODRIGUES, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), ex-ministro da Agricultura, presidente da Academia Brasileira de Agricultura (SNA), no artigo "Agronegócio e meio ambiente", publicado no jornal O Estado de São Paulo, em parceira com Pedro Luiz Passos, presidente da Fundação SOS Mata Atlântica e cofundador da Natura

"Hoje, o Brasil tem 6 milhões de hectares irrigados, e temos potencial para chegar a 30 milhões."

JOÃO AUGUSTO TELLES, chefe da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Rio Grande do Sul (SENAR-RS) e presidente do Clube da Irrigação, na abertura do 24º Congresso Nacional de Irrigação e Drenagem (CONIRD), quando anunciou o desenvolvimento do Programa de Capacitação para Agricultura Irrigada

"Graças a uma combinação favorável de fatores, o momento é muito positivo para a pecuária brasileira, principalmente para os bovinos. Além de forte demanda e cotações em alta, os custos de produção estão mais baixos, devido à queda no preço das *commodities* agrícolas, em razão da expectativa de safra recorde nos Estados Unidos e da boa safra brasileira de milho e soja."

ALEXANDRE MENDONÇA DE BARROS FILHO, diretor da MB Agro

"Está claro que fortalecer o agronegócio não beneficia somente uma classe, mas o Brasil inteiro."

JOSÉ REZENDE, analista sênior do Centro PwC de Inteligência em agronegócio, no artigo "O agronegócio salva a pátria este ano", publicado no jornal Correio Braziliense

"É só vocês abrirem o mercado que teremos condições de oferecer o produto exigido."

PAULO MUSTEFAGA, assessor técnico da Comissão Nacional de Bovinocultura de Corte da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em resposta às exigências do Japão, durante reunião, em Brasília, entre o diretor executivo adjunto da Agriculture & Livestock Industries Corporation (ALIC) e técnicos da CNA

Ajustes da política econômica

AGRONEGÓCIO SERÁ POUCO AFETADO

Felippe Serigati[1] Roberta Possamai[2]

COM MUITA frequência, tem sido dito, na imprensa, nos boletins de bancos e consultorias e, até mesmo, em algumas campanhas eleitorais, que a economia brasileira terá que passar por um conjunto de ajustes ao longo de 2015 e, talvez, de 2016. Mas, afinal de contas, que ajustes são esses? Por que eles são complicados? E como eles podem impactar o agronegócio brasileiro?

Nos próximos dois anos, a economia brasileira terá ajustes de juros, câmbio e política fiscal. O agronegócio será um dos setores que menos sentirá o impacto desses ajustes, principalmente porque, para a maioria das cadeias agroindustriais, a conjuntura externa tende a ser mais importante do que a situação doméstica. De qualquer forma:

i. Uma desvalorização da taxa de câmbio pode, por um lado, pressionar os custos de alguns insumos, mas, por outro lado, aumentar a rentabilidade dos setores exportadores;

ii. Ambos os efeitos podem ser alterados, dada a perspectiva de leve queda dos preços das *commodities* de uma forma geral;

iii. Dado o necessário ajuste fiscal, não é possível descartar a possibilidade de que os urgentes investimentos em infraestrutura terão que esperar mais um pouco, pelo menos mais dois anos;

iv. Normalmente, mudanças na taxa Selic não têm provocado mudanças nas taxas cobradas no crédito oficial, porém não haverá espaço para grandes expansões nos recursos disponíveis para crédito e subvenção.

A partir de 2004, a economia brasileira entrou em uma trajetória de forte crescimento, que foi resultado de uma combinação de:

i. Fatores internos: reformas realizadas nos anos 90, um significativo volume de mão de obra e de capacidade instalada ociosos, e uma agenda pró-mercado adotada e aprofundada também por um governo historicamente contrário a ela; e

ii. Fatores externos: ciclo virtuoso envolvendo, de um lado, a expansão da demanda interna norte-americana e, de outro, forte crescimento dos investimentos e das exportações chinesas. Este ciclo gerou "transbordamentos" positivos para todo o mundo e, para o Brasil, refletiu-se em aquecida demanda por *commodities* minerais e agrícolas e em abundância de dólares no mercado financeiro internacional, o que significou crédito externo mais barato.

Essa favorável conjuntura externa perdeu fôlego após a crise de 2008. Porém, enquanto a economia mundial desacelerava fortemente, puxada principalmente pela retração das economias avançadas, o Brasil forçou a máquina e manteve o mesmo ritmo de crescimento até 2010. Em outras palavras, enquanto, já no final da década passada, a maioria dos países iniciou o ajuste, seja por opção ou por imposição da conjuntura, o Brasil esticou a fase de expansão do ciclo, postergando a adaptação ao novo cenário internacional.

Apesar da legitimidade do esforço anterior, há um custo em postergar essa adaptação: acumulam-se desequilíbrios por mais tempo. O fato é que os fatores internos e externos que permitiram o forte crescimento da década passada não estão mais presentes na mesma intensidade, e há diversos sinais de que o atual modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil já está desgastado. Entre eles, estão:

i. baixo crescimento econômico nos últimos quatro anos;

ii. inflação persistentemente acima da meta e próxima do teto da banda;

iii. crescente déficit em transações correntes;

iv. persistente estagnação da atividade industrial;

v. redução no ritmo de crescimento do setor varejista e de serviços;

vi. redução no ritmo de crescimento do rendimento médio do trabalho.

Diante de tal conjuntura, é quase consenso entre os analistas que 2015 e, talvez, 2016 serão anos de ajustes. Mas, afinal, quais são esses ajustes?

Do lado monetário

A inflação persistentemente acima da meta (que é de 4,5% a.a., medida pelo IPCA) e sempre próxima do teto da banda de tolerância (6,5%) é um dos principais sinais de que a economia brasileira

CRESCIMENTO DO PIB: GRUPOS DE PAÍSES *VERSUS* BRASIL (% A.A.)

	2003 a 2007	2008 a 2010	2011 a 2013	2014* a 2016*
Mundo	4,8	2,5	3,4	3,8
Economias avançadas	2,8	-0,1	1,5	2,3
Mercados emergentes	7,7	5,5	5,3	5,2
Brasil	4,0	4,1	2,0	1,2

* Projeções
Fonte: FMI

vinha operando acima da sua capacidade. Logo, um dos ajustes necessários é trazer a taxa de inflação de volta ao centro da meta. Isso, provavelmente, irá demandar uma elevação da taxa de juros em algum momento nos próximos anos, como prevê o mercado, de acordo com as expectativas coletadas pela pesquisa Focus do Banco Central.

O esforço para fazer com que a inflação volte ao centro da meta encontrará pelo menos três obstáculos adicionais nos próximos dois anos:

i. Realinhamento (provavelmente gradual) de alguns preços administrados que se encontram represados, com especial destaque para os derivados do petróleo;

ii. Pressão inflacionária provocada pela tendência de desvalorização da taxa de câmbio em resposta à provável elevação da taxa de juros básica dos Estados Unidos (*fed funds rate*). Uma taxa de câmbio desvalorizada aumentaria os custos de produção associados aos insumos importados e elevaria os preços praticados tanto no atacado, quanto no varejo;

iii. Pressão por maiores gastos e investimentos públicos, seja por uma demanda das urnas, seja por reajustes salariais do funcionalismo público.

Nas contas externas

O Brasil tem acumulado persistentes déficits de transações correntes – que é a conta que registra todas as exportações e importações de bens e serviços realizadas pelo País. Ou seja, o País tem importado um volume de bens e serviços crescentemente maior do que tem conseguido exportar. Até 2012, este déficit tinha sido mais do que financiado pela entrada de divisas via investimentos e empréstimos externos. Porém, em 2013, o volume de recursos que entrou por estes canais não foi suficiente para financiar o déficit em transações correntes, e o Brasil registrou o primeiro déficit na balança de pagamentos desde 2000. Em outras palavras, o Banco Central teve que usar, pela primeira vez desde 2000, suas reservas para poder financiar o déficit de transações correntes.

Por si só, isso não é um problema, afinal as reservas existem justamente para serem usadas em situações como essa. Porém, dado que há a perspectiva de que a taxa de juros básica da economia norte-americana comece a subir em algum momento entre 2015 e 2016, parte do capital alocado em ativos financeiros no Brasil voltará para os Estados Unidos. Essa saída de capital aumentaria ainda mais a pressão de desvalorização da taxa de câmbio e demandaria intervenções por parte do Banco Central ainda maiores do que aquelas que já têm sido feitas para suavizar o movimento de depreciação. Dependendo do ritmo de saída desses recursos, não é possível descartar a hipótese de que o Banco Central tenha que subir a taxa de juros para aumentar a atratividade dos títulos públicos brasileiros. Ou seja, há mais um fator que leva a crer que o ciclo de alta da taxa de juros ainda não terminou, estando apenas temporariamente suspenso.

Do lado fiscal

Apesar dos ajustes mencionados acima não serem nada triviais, o principal abacaxi que o próximo presidente (seja lá quem for) terá que descascar está nas contas públicas. Desde maio de 2012, a receita total do Governo tem crescido a um ritmo inferior aos gastos correntes (isto é, sem incluir o pagamento de juros). Isso implica a geração de um superávit primário cada vez menor – e isso mesmo sem descontar os arranjos popularmente denominados de "contabilidade criativa".

O desafio, nesse ponto, é como reverter esse quadro diante de:

i. uma maior pressão por gastos e por investimentos públicos demandados pelas urnas;

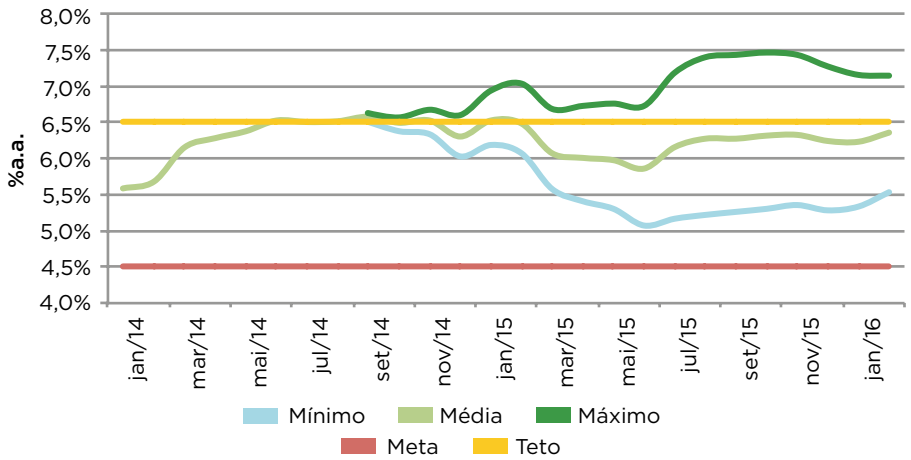
ii. uma maior pressão por reajustes salariais por parte do funcionalismo público;

iii. um cenário com taxa Selic maior, aumentando o pagamento de juros da dívida;

iv. a necessidade de dar transparência orçamentária aos repasses de recursos envolvendo o Tesouro Nacional, BNDES, Caixa Econômica Federal, distribuidoras de energia elétrica, entre outros;

v. uma arrecadação que deve crescer apenas modestamente, uma vez que não há previsão de que o PIB irá crescer de forma robusta nos próximos anos. ■

IPCA: PROJEÇÕES DO BOLETIM FOCUS



Obs.: até agosto de 2014, valores observados
Fonte: Banco Central

1 Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (EESP/FGV), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippeserigati@gmail.com
2 Economista pela Universidade de São Paulo (USP) – rc.possamai@gmail.com

Confinamento

PREÇO RECORDE, MAS RESULTADO É APERTADO

Rafael Ribeiro[1] Alex Lopes[2] Alcides Torres[3]

NA SIMULAÇÃO considerando dois diferentes cenários, o resultado obtido com o confinamento variou de R$ 39,13 por cabeça (rentabilidade média de 1,70%) a R$ 129,13 por cabeça (rentabilidade de 5,85%).

No confinamento bovino, os custos com a aquisição do boi magro representam por volta de 70,0% dos custos operacionais da atividade. A alimentação é o segundo item de peso no bolso do pecuarista, com representatividade entre 20,0% e 25,0% dos custos, dependendo da dieta. A sanidade participa entre 1,0% e 2,0%, enquanto o restante é composto pelos demais custos operacionais, além da depreciação.

Em 2014, o mercado do boi gordo manteve-se em um bom patamar de preço, mesmo na safra. A oferta restrita de boiadas para abate ditou o mercado. Com a entressafra, o mercado firmou-se ainda mais e os preços subiram fortemente. A arroba do boi gordo atingiu, em setembro, as maiores cotações nominais do ano.

Segundo levantamento da Scot Consultoria, na região de Barretos, no estado de São Paulo, a arroba do boi gordo foi negociada por R$ 129,00, à vista.

Apesar da demanda por carne bovina patinar em meados de setembro, a menor oferta de rebanhos para abate foi mais forte neste momento (entressafra) e ditou os preços no mercado do boi gordo. Em relação a setembro do ano passado, o pecuarista recebeu 21,4% a mais pela arroba. As expectativas são positivas, apesar das cotações terem caído no mercado futuro (especialmente outubro de 2014 e novembro de 2014).

Os contratos futuros de boi gordo com vencimento em outubro de 2014 fecharam cotados em R$ 127,90 (na data de 12/9). Para novembro de 2014, o mercado aponta para uma arroba de R$ 128,74. Para dezembro 2014, os contratos fecharam em R$ 129,10/@. Considerando o boi magro e a alimentação, tivemos comportamentos distintos entres os preços destes itens.

Boi magro

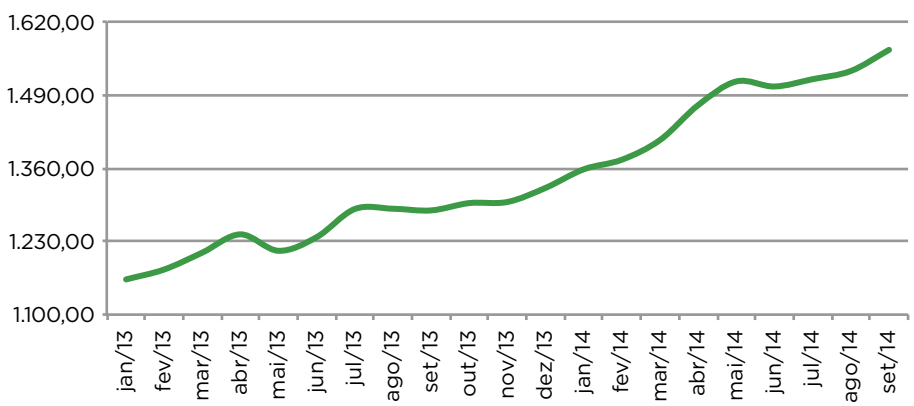
Os preços do boi magro estão firmes. Além de ele ser procurado nesta época do ano pelos confinamentos, a oferta está menor e os preços subiram. Em São Paulo, o boi magro de 12@ anelorado foi negociado por R$ 1.570,00 por cabeça, uma alta de 22,2% na comparação ao mesmo período do ano passado.

Mas, nesse patamar de preço de boi magro, o confinamento é lucrativo? Antes de responder, vejamos como se comportou o custo da dieta. A queda do preço do milho foi o grande destaque. A baixa liquidez no mercado interno, com os vendedores retraídos devido às quedas das cotações, as exportações brasileiras patinando, além da elevada disponibilidade interna e o início da colheita nos Estados Unidos, com expectativa de safra cheia, são os principais fatores de baixa. Na região de Campinas, no estado de São Paulo, o preço do milho caiu 35,4% desde março e o pecuarista está pagando 13,9% a menos pelo grão em relação a setembro de 2013.

Em curto prazo, não estão descartadas quedas nos preços do milho. Os leilões têm ajudado com o escoamento da produção, mas não têm sido suficientes para dar sustentação aos preços. No mercado internacional, as cotações caíram, tornando-se as mínimas do ano na Bolsa de Chicago (CBOT), com o início da colheita norte-americana, cuja produção está estimada em 366,65 milhões de toneladas nesta temporada.

Os preços do farelo de soja também caíram, acompanhando a desvalorização da soja em grão. A tonelada do alimento concentrado ficou cotada em R$ 1.078,00, sem o frete, menor em 8,9% frente ao mesmo período do ano passado. As quedas das cotações do milho e do farelo de soja pressionaram para baixo os preços dos alimentos alternativos, tais como a polpa cítrica, o sorgo, e o farelo e o caroço de algodão.

SÃO PAULO: PREÇO MÉDIO DO BOI MAGRO – MÉDIA ESTADUAL (R$ POR CABEÇA)



Fonte: Scot Consultoria

Com exceção do farelo de amendoim, da ureia pecuária e da polpa cítrica, os demais alimentos concentrados estão mais baratos em relação ao mesmo período.

Resultado econômico

Para a estimativa do resultado econômico, consideramos a cotação das diárias que os confinamentos cobram para engordar bois de terceiros; é uma boa medida para mensurar de forma genérica o resultado que a atividade poderá gerar em 2014. As diárias (boitéis), neste ano, estão oscilando entre R$ 5,50/cabeça/dia e R$ 6,50/cabeça/dia em estados como Mato Grosso e Goiás, grandes produtores de grãos, e de R$ 7,50 a R$ 8,50/cabeça/dia em São Paulo.

Nesse modelo de parceria, aproximadamente 75% da diária são compostos pela dieta. Os custos operacionais, que envolvem custos fixos e variáveis, correspondem a 15%. O restante, 10%, refere-se ao que sobra para o prestador do serviço. Foram considerados os preços cobrados pelos boitéis em São Paulo: R$ 7,50, no cenário 1, e R$ 8,50, no cenário 2.

O preço de venda da arroba do boi gordo considerado foi de R$ 128,74, referente ao fechamento do dia 12 de setembro, para o contrato futuro de boi gordo de novembro de 2014.

Consideramos noventa dias de engorda e o preço médio do boi magro anelorado com 12@, em agosto deste ano, em R$ 1.532,50 por cabeça. O ganho de peso médio foi de 1,5 quilo por dia.

No cenário 1, o resultado obtido foi de R$ 129,13 por cabeça, com uma taxa de retorno do capital de 5,85% em três meses. Levando em conta o boitel ao custo de R$ 8,50 por dia (cenário 2), o resultado fica mais apertado para ao pecuarista. O lucro cai para R$ 39,13 por cabeça, com rentabilidade média de 1,70% no período.

O confinamento representa por volta de 10,0% do número total de abates de bovinos no País, mas interfere diretamente nos preços de mercado. Com isso, o planejamento da atividade é fundamental, seja para antecipar os movimentos de altas e de baixas dos preços, seja para garantir bons resultados econômicos. No caso do confinamento bovino, o resultado positivo está diretamente relacionado a uma boa compra do boi magro e/ou dos insumos, em especial dos alimentos.

A proteção dos preços de venda é fundamental para o pecuarista que conhece os seus custos e, pensando em longo prazo, para a permanência na atividade. Na pecuária de corte moderna, em especial nos sistemas intensivos, como é o caso do confinamento, não existe espaço para erros.

Para 2014, a expectativa é de que o volume de animais confinados no Brasil cresça entre 8,0% e 10,0%, superando as 4 milhões de cabeças, segundo a Associação Nacional dos Confinadores (ASSOCON). No Mato Grosso, dados do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA) apontam para 745,58 mil cabeças confinadas neste ano, frente aos 717,82 mil bovinos confinados no ano passado no estado – um crescimento de 3,9%.

Deste total, uma pequena parcela (12,0%) fez apenas o primeiro giro e 39,8% estão fazendo o segundo giro somente. O restante fez o primeiro giro e está realizando a segunda rodada. As chuvas estendidas em 2014 podem ter impactado negativamente na intenção de se fazer o primeiro giro da temporada deste ano. Por outro lado, as recentes quedas de preços do milho explicam o maior interesse do confinador nesta segunda rodada do confinamento. ■



SHUTTERSTOCK

SIMULAÇÃO DE RESULTADO ECONÔMICO DO CONFINAMENTO BOVINO EM 2014

	Cenário 1	Cenário 2
Custo da diária (R$)	7,50	8,50
Preço do boi magro (R$/@)	1.532,50	1.532,50
Peso do boi magro (kg)	360	360
Ganho de peso (kg/dia)	1,5	1,5
Dias de cocho (dias)	90	90
Peso de saída (kg)	495	495
Rendimento de carcaça (%)	55	55
Preço de venda da arroba (R$/@)	128,74	128,74
Receita (R$)	2.336,63	2.336,63
Custo total (R$)	2.207,50	2.297,50
Lucro por cabeça (R$)	129,13	39,13
Retorno sobre o capital investido (%)	5,85	1,70

Fonte: Scot Consultoria

1 Zootecnista da Scot Consultoria
2 Zootecnista da Scot Consultoria
3 Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria

África do Sul

PRIMEIRA ADIDÂNCIA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Gilmar Paulo Henz*

COMO PRIMEIRO adido agrícola na África do Sul, recebi da SRI/MAPA a incumbência de implantar um escritório junto à Embaixada do Brasil em Pretória e estabelecer uma rotina de trabalho conjunta com os diplomatas. A segunda tarefa que desempenhei foi adaptar-me ao novo ambiente de trabalho e a uma nova vida profissional e pessoal. A expectativa de trabalhar e viver na maior e mais importante economia do continente africano, em um país com uma história tão recente e rica em acontecimentos, com apenas vinte anos de regime democrático, inaugurado pelo inesquecível Nelson Mandela, deixou-me cheio de entusiasmo.

Os primeiros tempos da nova vida não foram fáceis, mas estávamos muito bem preparados pelo MAPA e pelo MRE para enfrentar todas as dificuldades impostas pelo ineditismo e pioneirismo da função. A Embaixada recebeu-me bem, em especial os responsáveis pelo Setor de Promoção Comercial (SECOM), em parte satisfeitos por ter alguém com quem repartir a extensa lista de atividades até então desempenhadas por diplomatas e contratados locais, que alcançava até 50% dos trabalhos do SECOM naquele posto. Após o início efetivo das atividades como adido agrícola, passei a ser responsável pela defesa oficial de temas do MAPA junto às autoridades locais; participar em negociações sanitárias e fitossanitárias; prospectar oportunidades para o agronegócio brasileiro; acompanhar e informar sobre políticas agrícolas e legislações locais; recepcionar missões oficiais e apoiar missões de empresários brasileiros; colaborar para a promoção comercial de produtos agrícolas brasileiros; organizar e participar em feiras e eventos; promover cooperação técnica e científica; acompanhar mudanças na legislação e política agrícola locais de interesse da agricultura brasileira; assessorar o chefe da missão diplomática em temas agrícolas; prestar informações sobre a agricultura brasileira, entre outras atividades que logo se tornariam corriqueiras.

Em junho de 2010, quando me apresentei oficialmente à Embaixada em Pretória, sequer havia espaço físico para acomodar um adido. Depois de alguns meses, o Itamaraty alugou o andar térreo do prédio onde se localiza a missão brasileira, e o MAPA passou a contar com duas salas, com cerca de 100 m^2, para a Adidância Agrícola. Imediatamente após minha apresentação, já comecei a atuar nos principais temas de interesse do Brasil, em particular a reabertura dos mercados para a carne bovina e suína, fechados desde 2005.

As funções de adido agrícola não poderiam ser desempenhadas a contento sem o apoio e integração com o Itamaraty, em particular o embaixador, o SECOM e os diplomatas da missão em Pretória, e a interlocução permanente com a Divisão de Agricultura e Produtos de Base (DPB), em Brasília. Pude testemunhar a competência e dedicação dos nossos diplomatas em defesa da agricultura brasileira, postura que viabilizou minhas atividades como adido agrícola no período.

Principais produtos exportados pelo Brasil

O maior desafio no comércio bilateral agrícola do Brasil com a África do Sul continua sendo o histórico saldo positivo da balança comercial agrícola das exportações brasileiras. Por localizar-se no hemisfério Sul, a África do Sul apresenta similaridades de períodos de cultivo e coincidência de colheita para várias culturas agrícolas importantes, como cereais e frutas, por exemplo. Nos últimos anos, as carnes de aves (frango e peru) foram os principais produtos exportados, seguidas por açúcar (bruto e refinado), trigo, fumo, arroz e óleo de soja. Esta pauta de produtos agrícolas pode e deve ser ampliada, mediante estudos sistemáticos do mercado de alimentos sul-africano.

Negociações bilaterais

As principais negociações bilaterais durante o período 2010-2014 envolveram o setor de carnes, geralmente relacionadas a temas sanitários.

BRASIL: PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS À ÁFRICA DO SUL

Produto	2011		2012	
	Valor (US$)	Quantidade (toneladas)	Valor (US$)	Quantidade (toneladas)
Carne de frango	202.437,00	193.816	152.143,00	182.572
Açúcar refinado	95.083,00	141.118	131.141,00	216.536
Trigo	28.872,00	90.851	84.065,00	320.396
Fumo	35.150,00	4.918	31.308,00	4.157
Carne de peru	17.794,00	10.969	29.179,00	19.667
Arroz	44.818,00	85.615	25.454,00	43.716
Açúcar bruto	28.425,00	55.474	18.241,00	30.611
Óleo de soja	24.743,00	19.587	14.095,00	12.128

Fonte: MAPA (2014)

Carne de frango

Até 2011, o Brasil chegou a fornecer 70% da carne de frango importada na África do Sul, cujas importações correspondem a 13% a 15% do mercado interno. Incomodado com a crescente participação do produto brasileiro, o setor privado sul-africano pressionou o governo para a abertura de investigação de *dumping* contra a carne de frango, que durou de 2011 a 2012. O período foi rico em aprendizado para todos os segmentos envolvidos, com intensa interação entre a UBABEF (Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frangos), o MAPA, o Itamaraty e o MDIC, que, de forma coordenada, responderam aos questionamentos das autoridades sul-africanas. A reação brasileira foi bem-sucedida, sendo que, em dezembro 2012, o governo sul-africano decidiu arquivar o processo contra o Brasil e elevar as tarifas gerais de importação para várias linhas tarifárias, como frango inteiro congelado, que sofreu majoração de 27,5% para 82,0%. A medida acabou por beneficiar a União Europeia, cuja carne de frango passou a gozar de isenção tarifária graças a um acordo de livre comércio celebrado em 1996, que acabou ocupando fatia significativa do produto brasileiro. Em 2013, a África do Sul iniciou investigação de *dumping* contra o frango europeu, com aplicação de taxas provisórias em julho 2014 e decisão final prevista para dezembro próximo. A medida deverá afetar profundamente o panorama das importações de carne de frango no País, com um novo cenário de preços no mercado interno a curto prazo.

Carne bovina

Em 2005, devido ao surto de febre aftosa no Brasil, as carnes bovina e suína foram banidas no mercado sul-africano. Somente em agosto de 2010, a África do Sul aceitou as informações técnicas prestadas pelo MAPA, depois de morosas negociações bilaterais e pressão brasileira na OMC. O Brasil sequer havia reconquistado fatia significativa do mercado local quando ocorreu o episódio isolado de EEB (encefalopatia espongiforme bovina) no Paraná, comunicado à OIE em novembro de 2012. A reação sul-africana foi imediata, com fechamento do mercado para todos os produtos exportados, como carne com e sem osso, pâncreas e farinha de carne e osso, em dezembro 2012, até que explicações adicionais sobre o caso fossem fornecidas pelo Brasil. Um novo ciclo de negociações sanitárias foi iniciado, com a reabertura do mercado em fevereiro de 2013, resultante da necessidade premente da indústria farmacêutica local pelo pâncreas brasileiro para a fabricação de insulina e outras enzimas. O segundo caso de EEB no Brasil gerou certa inquietação por parte das autoridades sanitárias sul-africanas e, provavelmente, desacelerou as negociações dos certificados sanitários internacionais para cortes de carne bovina. Atualmente, faltam detalhes para a resolução definitiva das negociações, o que possibilitará a retomada das exportações, considerando-se que serão necessários esforços das empresas brasileiras para alcançar patamar significativo do mercado local.

Carne suína

As negociações para a reabertura do mercado sul-africano para a carne suína brasileira têm enfrentado um longo e difícil caminho, desde o banimento ocorrido em 2005 devido ao surto de febre aftosa. Em 2010, o ministro da Indústria e Comércio sul-africano, Rob Davies, propôs ao seu contraparte brasileiro um *trade-off* que ficou conhecido como "*swine for wine*", no qual a África do Sul condicionava a abertura de seu mercado para carne suína a uma maior participação dos vinhos africanos no mercado brasileiro. Por essa proposta vincular um tema sanitário (febre aftosa) a uma questão comercial (acesso a mercado), o MAPA recorreu à OMC, com apresentação de várias Preocupações Comerciais Específicas, além de várias tentativas de negociações bilaterais no Comitê do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Comitê SPS). A partir de 2012, a África do Sul passou a exigir garantias adicionais de controle para a enfermidade conhecida pela sigla em inglês PRRS (síndrome reprodutiva e respiratória dos suínos) para todos os países exportadores, inclusive com tratamento térmico adicional para alguns cortes no porto de entrada. No estágio atual das negociações bilaterais, o Brasil enviou, em agosto último, às autoridades sul-africanas duas propostas de certificados sanitários internacionais para avaliação.

Futuro das exportações brasileiras

Desde a inclusão da África do Sul no agrupamento dos BRICS, o país tenta incrementar o intercâmbio comercial entre os membros, incluindo-se a pauta agrícola. Para alguns produtos, houve aumento das exportações para a China e a Federação Russa. Tradicionalmente, a União Europeia é um dos principais mercados para exportação de produtos agrícolas sul-africanos, como vinhos, carnes, frutas cítricas e temperadas, sucos, cereais, entre outros, mas a África do Sul tem enfrentado dificuldades crescentes na manutenção dos volumes e receitas. Como exemplos recentes, pode-se citar o banimento da carne de avestruz por questões sanitárias (80% das exportações sul-africanas), restrições às exportações de frutas cítricas *in natura* por causa da pinta preta (mercado de 1 bilhão de euros ao ano) e aumento do volume de vinho exportado a granel, com menor valor agregado e sem identidade de origem.

Para o Brasil, apesar das recém-impostas restrições à carne de frango e do aumento de tarifas de importação para açúcar, trigo e milho, existem boas perspectivas para as carnes bovina e suína e para outros produtos, como soja e derivados, arroz, além de outros alimentos processados, como confeitos, massas e biscoitos. Para alcançar esse objetivo, a continuidade das atividades da Adidância Agrícola junto à Embaixada é fundamental na defesa e promoção dos produtos da agricultura brasileira. ■

Este artigo reflete a opinião do autor, e não da instituição que representa.

* Ex-adido agrícola junto à Embaixada do Brasil na África do Sul

Agricultura familiar

SUA IMPORTÂNCIA PARA O AGRONEGÓCIO

Antonio Alvarenga*

ESTAMOS COMEMORANDO, em 2014, o Ano Internacional da Agricultura Familiar. E no Brasil, temos motivos para comemorar?

Segundo informações disponíveis sobre o assunto[1], os pequenos produtores detêm cerca de 80% das propriedades rurais e correspondem a aproximadamente 28% do agronegócio brasileiro. Eles têm importância fundamental na produção de alimentos voltados para o consumo interno: 82% da mandioca, 59% do feijão, 48% do arroz e 37% das frutas e hortaliças produzidos no País vêm das pequenas propriedades. Na área animal, são responsáveis por 55% da produção de leite, 59% dos suínos e 48% das aves.

É equivocada e falsa a polaridade agronegócio *versus* agricultura familiar. Da mesma forma, não faz sentido a existência de um Ministério do Desenvolvimento Agrário para tratar de assuntos que deveriam ser discutidos no âmbito do Ministério da Agricultura. Afinal, agricultura familiar não é agricultura?

Há uma enorme diferença entre dois tipos distintos de "agricultura familiar". Um tem caráter meramente assistencialista e é reprovável do ponto de vista econômico e social, porque pode induzir a uma permanente miserabilidade. O outro consiste em uma atividade saudável e promissora, que estimula o espírito empreendedor, está inserida no mercado e persegue a adoção de tecnologias modernas e apropriadas na unidade de produção. A agricultura familiar que desejamos é esta, que permite ao pequeno produtor desenvolver-se e se tornar um médio ou grande empreendedor no meio rural.

Cabe, aqui, mencionar que há uma tendência global de aumento no tamanho das propriedades rurais e especialização de sua produção, com uso mais intensivo de tecnologia e, consequentemente, melhoria da produtividade. Não há qualquer surpresa nisso, afinal propriedades maiores apresentam melhor desempenho quando comparadas às pequenas, na medida em que utilizam com maior intensidade capital e trabalho.

No Brasil, temos diversos exemplos muito bem-sucedidos de pequenos agricultores que se tornaram grandes. É o caso de Eraí Maggi, o maior produtor de soja do mundo. O empresário Otaviano Pivetta é outro gigante do agronegócio brasileiro que começou como pequeno produtor.

A agricultura familiar é fundamental em diversas áreas de nossa produção agropecuária. Há milhares de pequenos produtores integrados às cadeias produtivas de aves e suínos que são responsáveis pelo sucesso destes setores robustos do agro. Como se sabe, o Brasil é o maior exportador de carne de frango do mundo e o quarto maior de suínos.

Na produção de hortigranjeiros, a agricultura familiar também tem grande importância. O segmento dos produtos orgânicos é um nicho de mercado bastante apropriado para os agricultores familiares, porque exige dedicação, mão de obra especializada e rigoroso controle. Trata-se de uma área que agrega valor ao produto e, por consequência, proporciona maior renda a seus produtores.

O desejável progresso de um agricultor familiar dependerá da disponibilidade e acesso a um ensino de qualidade, assistência técnica, crédito rural e adequados sistemas de garantias e seguro rural. Os pequenos produtores são mais vulneráveis, não têm como suportar as eventuais adversidades do clima, pragas e flutuações nos preços dos produtos.

Lamentavelmente, a estrutura de ensino rural no Brasil não tem demonstrado bons indicadores de eficácia. Nos últimos anos, houve uma atuação mais efetiva do SENAR, do Sebrae e do Sescoop, por meio da ampliação da oferta de cursos em suas áreas de conhecimento específicas, complementando a deficiente estrutura de nossa educação formal.

A assistência técnica voltada para os pequenos produtores também é extremamente precária. Eles precisam ter acesso a modernas tecnologias por meio da ampliação dos serviços de extensão rural e assistência técnica. A Anater foi recentemente criada com o propósito de sanar esse problema, mas ainda é uma esperança.

O cooperativismo é o instrumento mais adequado para proporcionar aos produtores, sobretudo de pequeno porte, condições de superar os obstáculos às suas operações e propiciar seu progresso.

Outro importante desafio da agricultura familiar refere-se ao aspecto sucessório. Com o envelhecimento dos proprietários, surge a necessidade de transferir o imóvel e o controle do empreendimento produtivo entre os membros da família. Esse é um dos estágios mais críticos para a sustentabilidade das unidades de produção de pequeno porte.

Em resumo, sem dúvida alguma, é saudável, dentro dos aspectos econômicos e sociais, dispor de uma classe média rural fundada no trabalho das famílias de agricultores, portadoras de tradição produtiva. Nesse sentido, torna-se importante mantê-las no campo, reduzindo as pressões de migração para os grandes centros urbanos e, sobretudo, proporcionando a esses núcleos familiares oportunidades de ascensão social, prosperidade e melhoria na qualidade de vida. ■

1 GUILHOTO *et al*. "A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados". Anpec, 2007; documentos da FAO relativos ao Ano Internacional da Agricultura Familiar

* Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)

Gasolina e diesel

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS NO BRASIL

Plinio M. Nastari*

A ANÁLISE da evolução dos preços e do volume consumido de gasolina e do óleo diesel no mercado brasileiro indica que o consumo tem evoluído a taxas superiores ao crescimento do PIB e que os preços têm sido administrados no sentido de transmitir ao consumidor impactos diferenciados, em termos reais, ao longo do tempo.

Os mercados são segmentados, visto que, no Brasil, não é autorizado o uso de óleo diesel na frota de veículos leves, tendo em vista a predominância do seu uso em transporte de cargas e no transporte coletivo. Mais recentemente, o óleo diesel vem sendo usado também na geração elétrica.

O preço de gasolina, administrado pelo Governo, acaba influenciando de forma determinante o preço do etanol, embora este último opere num mercado livre. Essa referência é um determinante importante para os preços dos etanóis anidro e hidratado. O primeiro é misturado a gasolina, atualmente na proporção de 25% ± 1%, e há uma avaliação em curso sobre a possibilidade de se estender este percentual para até 27,5% ± 1%. O hidratado é utilizado como combustível direto, na envelhecida frota de carros movidos exclusivamente a etanol e, desde 2003, na frota *flex*, capaz de usar indistintamente a gasolina contendo etanol anidro ou etanol hidratado.

O mercado da gasolina é, na prática, um mercado compartilhado com os etanóis anidro e hidratado, denominados de forma conjunta como combustíveis do ciclo Otto, para diferenciá-los do combustível de ciclo Diesel.

Considerada fixa em 70% a relação de equivalência entre o hidratado e a gasolina, o consumo de combustíveis do ciclo Otto evoluiu de 25,852 para 48,937 bilhões de litros entre 2000 e 2013, o que representou uma taxa composta de crescimento de 5,03% ao ano neste período. Nos primeiros seis meses de 2014, apresentou expansão de 10,27% sobre igual período de 2013, passando de 23,329 para 25,724 bilhões de litros.

Somente em junho, o consumo total de combustíveis de ciclo Otto recuou 6,6%, para 4,290 bilhões de litros, embora 5,8% acima do volume consumido em junho de 2013. A queda pode ser explicada pelo menor nível da produção industrial e, consequentemente, pelo emprego nos últimos meses, conforme dados do IBGE, problema esse provavelmente potencializado pelos efeitos da Copa do Mundo, uma vez que o evento provocou novas paradas na indústria e no comércio.

Em junho, o consumo de hidratado atingiu 942,93 milhões de litros, volume 4,1% menor do que o do mês anterior, porém 11,9% acima do volume consumi-



SHUTTERSTOCK

do em junho de 2013. De janeiro a junho, portanto, a demanda de hidratado somou 6,03 bilhões de litros, volume 22,3% superior ao observado no mesmo período do ano passado.

A importação de gasolina totalizou 261,10 milhões de litros em julho, aumento de 57,9% sobre o mês anterior. Sobre o mesmo mês do ano passado, o volume importado foi quase três vezes maior. No acumulado de janeiro a julho, contudo, a importação somou 1,570 bilhão de litros, 36,9% a menos do que em igual intervalo de 2013, em virtude do maior consumo de hidratado neste ano.

A necessidade de importação ainda pode diminuir caso o Governo autorize o aumento da mistura de anidro na gasolina, de 25% para 27,5%. No dia 5 de agosto, uma comissão mista do Congresso Nacional aprovou o relatório que eleva o limite máximo da mistura para os 27,5% na Medida Provisória (MP) 647/14. No dia seguinte, a MP foi aprovada pela Câmara dos Deputados. O texto precisa passar pelo Senado, até o final de setembro, para ser convertido em lei.

Uma redução do atual subsídio ao preço da gasolina também pode amenizar os dispêndios com a importação. Durante o mês de julho, o preço da gasolina na refinaria esteve 17,43% abaixo do praticado no mercado internacional, diferencial que já foi de 23,7% no final de abril. Essa defasagem seria maior caso o Banco Central não estivesse atuando, por meio das operações de *swap* cambial, no sentido de conter a depreciação da moeda nacional frente ao dólar norte-americano.

No caso do óleo diesel, entre 2000 e 2013, o consumo cresceu de 35,151 para 58,492 bilhões de litros, com uma taxa de crescimento de 3,99% ao ano.

Os preços da gasolina e do óleo diesel nas bombas de abastecimento evoluíram de forma desproporcional, influenciados de forma determinante pela política definida pelo Governo para os preços de atacado dos dois produtos nas refinarias. A relação de preço gasolina/diesel, que era de 2,027, em julho de 2001, passou para 1,183, em julho de 2014. Ao longo do



SHUTTERSTOCK

período, o preço da gasolina caiu significativamente em termos reais, enquanto o preço do diesel subiu um pouco.

Corrigido pelo IGP-DI, o preço da gasolina, em julho de 2001, seria de 4,288 reais por litro em moeda de julho de 2014, em vez dos 2,857 reais por litro observados em realidade – ou seja, 50% superior. O preço do óleo diesel, em julho de 2001, seria, em valores atualizados, de 2,113 reais por litro, comparados aos 2,433 reais por litro em julho de 2014 – ou seja, 15% inferior.

A avaliação dos preços da gasolina e do diesel em moeda corrente de julho de 2014 permite constatar que houve duas fases distintas na política de preços dos dois combustíveis. A primeira fase, nos anos de 2001 e 2002, foi caracterizada pela queda do preço da gasolina e alta do preço do diesel. A relação de preço, neste período, caiu de 2,027 para 1,400.

A segunda fase, de 2002 até o presente, tem se caracterizado pela redução do preço real dos dois combustíveis nas bombas. O resultado final é que, de meados de 2001 até meados de 2014, o preço real do diesel subiu 15,1%, enquanto o preço real da gasolina caiu 33,37%.

A aproximação dos preços dos dois principais combustíveis líquidos caminha na direção do que é observado na maior parte dos países industrializados, onde, em alguns casos, o diesel chega até a superar o preço da gasolina, pela maior eficiência termodinâmica que a sua combustão propicia.

No caso do Brasil, no entanto, é necessária uma reflexão sobre o efeito social dessa política, visto que os combustíveis do ciclo Otto são utilizados primordialmente em veículos leves e para o transporte individual, enquanto o diesel é utilizado para o transporte de cargas e o transporte coletivo, afetando extensas cadeias de produção e logística, bem como os custos internos de praticamente todos os produtos e a competitividade das exportações. ■

* Presidente da DATAGRO; foi professor de Microeconomia e Macroeconomia da EAESP-FGV; e participou como membro dos grupos técnicos da Comissão Nacional de Energia e da Comissão para Reexame da Matriz Energética

Agricultura mundial

PERSPECTIVAS PARA 2014-2023

DE ACORDO com o índice de preços da FAO, neste ano, as cotações dos principais grupos de alimentos, exceto carnes, estão em declínio, liderado pelos produtos lácteos. O embargo russo às importações de produtos de países do continente europeu e dos Estados Unidos, em meio ao conflito na Ucrânia, ajudou a puxar para baixo as cotações.

Os preços das carnes contrariaram a tendência e continuam a subir. A demanda da China oferece suporte às importações, e a Austrália, com a recomposição do rebanho, reduz a oferta para exportação de carne bovina.

Essa recente queda dos preços das principais culturas deverá manter-se ao longo dos próximos dois anos, antes de eles se estabilizarem em níveis acima do período pré-2008, mas significativamente abaixo dos recentes picos, de acordo com o mais recente relatório "Perspectivas Agrícolas", produzido pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e pela FAO.

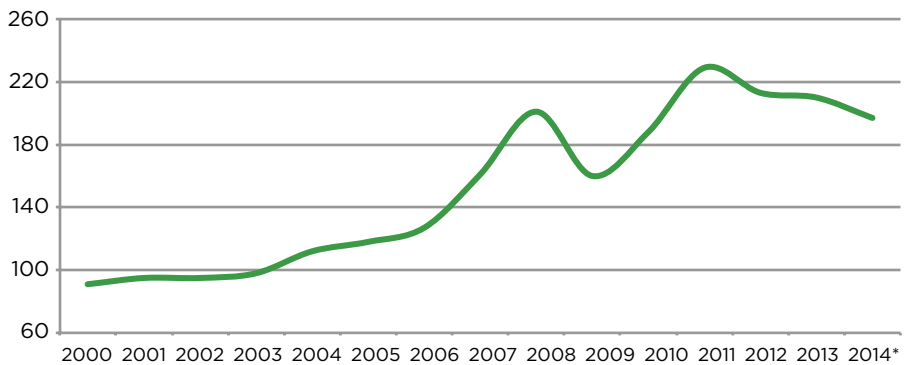
A procura por produtos agrícolas deverá manter-se firme enquanto expande em níveis mais baixos do que na década passada. Os cereais ainda estão na base da alimentação das pessoas. Não obstante, em muitas partes do mundo, as dietas têm um nível cada vez mais elevado de proteína, gordura e açúcar, à medida que os rendimentos e a urbanização aumentam.

De acordo com o relatório, junto ao crescimento da população global, essas mudanças exigirão um aumento substancial da produção. Lideradas pela Ásia e pela América Latina, as regiões em desenvolvimento serão responsáveis por mais de 75% dessa produção agrícola adicional ao longo da próxima década.

O relatório "Perspectivas Agrícolas" indica que a produção mundial de cereais deverá ser 15% superior em 2023 em relação ao período de 2011-13. O crescimento mais rápido da produção deverá ser por parte das oleaginosas – 26% nos próximos dez anos. A expansão da produção de grãos e oleaginosas será impulsionada pela forte demanda por biocombustíveis, particularmente nos países desenvolvidos, e pelas crescentes necessidades de alimentação nas regiões em desenvolvimento.

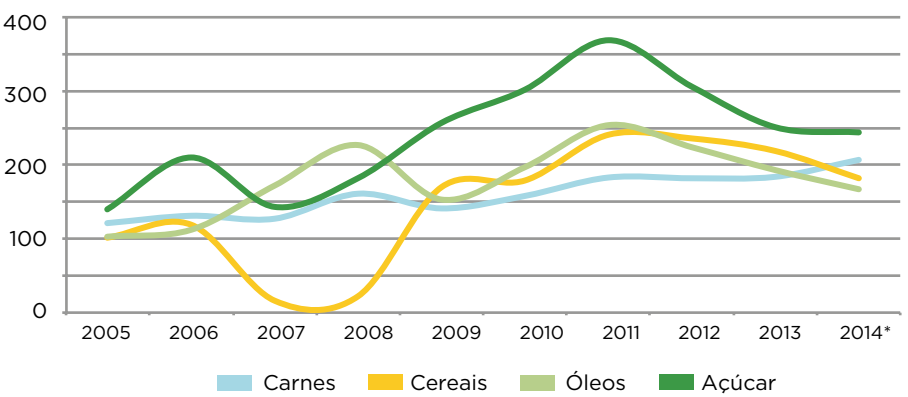
A expansão da produção de alimentos será mais moderada na próxima década, segundo o relatório, com o trigo crescendo cerca de 12% e o arroz, em 14%, bem mais abaixo do que as taxas de crescimento da década anterior. A produção de açúcar deverá aumentar em 20% durante a próxima década, concentrada principalmente em países em desenvolvimento.

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS DA FAO PARA OS ALIMENTOS



*Até agosto
Fonte: FAO

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS DA FAO PARA CARNES, CEREAIS, ÓLEOS E AÇÚCAR



*Até agosto
Fonte: FAO

Principais projeções das "Perspectivas Agrícolas":

• **Cereais:** os preços mundiais impulsionam o comércio mundial, com os níveis recordes nos estoques de arroz na Ásia;

• **Oleaginosas:** as áreas agrícolas plantadas para oleaginosas continuam a aumentar, embora em um ritmo mais lento do que nos últimos anos. Com demanda crescente, os preços seguem firmes;

• **Açúcar:** depois do enfraquecimento no final de 2013, a forte demanda global ajuda a recuperar os preços. As exportações brasileiras – o dominante exportador de açúcar do mundo – serão influenciadas pelo mercado de etanol;

• **Carnes:** importações firmes da Ásia e recuperação do rebanho norte-americano. Preço em alta. A produção da carne de aves ultrapassa a suína;

• **Laticínios:** preços ligeiramente em queda, devido a ganhos sustentados de produtividade nos principais países produtores e retomada do crescimento na China. A Índia ultrapassa a União Europeia para se tornar o maior produtor de leite do mundo, com consideráveis exportações de leite em pó desnatado;

• **Pesca:** o crescimento da produção está concentrado na Ásia; continuará como um dos setores alimentares de maior crescimento, superando o volume de captura;

• **Biocombustíveis:** aumento de 50% nos níveis de consumo e de produção, liderado pelo etanol e o biodiesel. Os aumentos dos preços do etanol são feitos lado a lado ao aumento dos preços do petróleo bruto, enquanto o preço do biodiesel segue mais de perto a trajetória dos preços do óleo vegetal;

• **Algodão:** estoques globais acumulados impulsionarão o consumo, ajudado por preços mais baixos. ■



SHUTTERSTOCK

FAO celebra o Dia da Alimentação

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), desde 1979, comemora em 16 de outubro o Dia Mundial da Alimentação. Celebrada por 150 países, esta data é a mesma da fundação da instituição, no ano de 1945.

Diante do aumento drástico no preço dos alimentos a partir da segunda metade da década passada, a segurança alimentar e nutricional ficou ameaçada em diversas partes do mundo, especialmente nos países em desenvolvimento, com impacto negativo, sobretudo, para a população mais pobre.

Na verdade, desde 2007, os mercados globais sofrem constantes oscilações e pressionam os preços dos alimentos básicos. No verão de 2008, os patamares atingidos não eram observados há trinta anos. Entre 2010 e 2011, em alguns países, o aumento dos preços atingiu mais de um terço, quando comparado com as suas médias históricas.

Atualmente, as cotações dos alimentos continuam altas, mas com elevada volatilidade. A maior parte dos países em desenvolvimento não possui sistemas públicos e mecanismos de regulação de preços, nem políticas fortes de estímulo à produção e ao abastecimento alimentar, para enfrentar os desequilíbrios do mercado.

De acordo com o Banco Mundial, entre 2010 e 2011, o aumento dos preços de alimentos levou cerca de 70 milhões de pessoas à pobreza extrema, além de manter ao redor de 1 bilhão o número de pessoas que passam fome no mundo. Na Somália, por exemplo, a metade dos 7,5 milhões de habitantes passa fome, e, diariamente, muitos deles morrem de fome.

O Dia Mundial da Alimentação lança luz e provoca a reflexão sobre as causas da volatilidade dos preços e a importância da adoção de medidas estruturais para alterar essa situação, que traz mais vulnerabilidade, ao invés de estabilidade, ao sistema alimentar global.

Segundo estudo da organização não governamental ActionAid, em 2013, pelo terceiro ano consecutivo, o Brasil foi considerado a nação mais preparada na luta contra a fome. O levantamento baseou-se na avaliação das ações de vinte e oito países em desenvolvimento. Segundo a ONG, o País conquistou essa colocação devido à combinação das políticas de proteção social, à inclusão do direito a alimentação na Constituição Federal, à criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e ao plano para adaptação a mudanças climáticas.



SOJA

Momento de cautela?

Tânia Tozzi*

Arrocho na oferta de farelo e óleo

O MUNDO espera a saída dos campos da maior produção de soja de toda a história na temporada 2014/15. Com essa pressão de oferta, os preços da oleaginosa batem o menor valor em quatro anos. No entanto, alguns fundamentos de peso precisam ser revistos com cautela.

A colheita de 106,50 milhões de toneladas nos Estados Unidos poderá quadruplicar os estoques locais. Sem sombra de dúvidas, isso faz aparecer no horizonte um cenário preocupante para o produtor brasileiro. O País poderá fechar a safra, em agosto do próximo ano, com três meses de consumo garantidos, a segunda maior folga de abastecimento desde 1990.

Um detalhe importante consiste na incapacidade dos americanos abastecerem sozinhos o mundo. Para a confirmação desses números, a América do Sul também precisará colher uma produção recorde em 2015. Qualquer problema climático nesta parte do continente empurrará os grandes importadores, sobretudo a China, para a posição de compra, com esvaziamento das reservas locais para níveis bem abaixo do previsto.

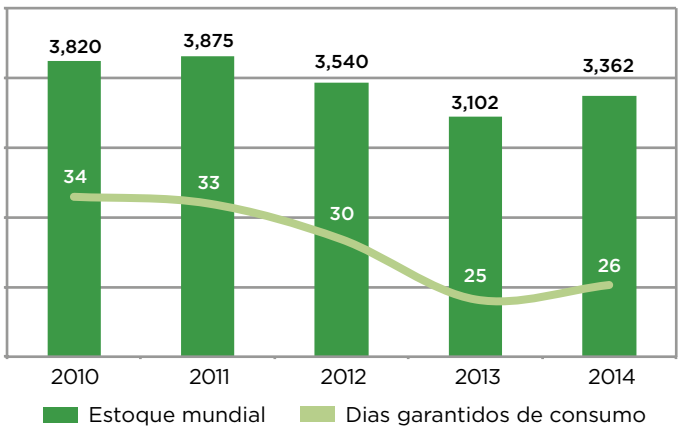
Pelas projeções do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), o Brasil poderá elevar em mais de 7 milhões de toneladas a sua produção de soja no próximo ano. A colheita poderá chegar a 94 milhões de toneladas, confirmando o terceiro recorde consecutivo. Já a Argentina, se produzir a estimativa atual de 55 milhões de toneladas, também terá maior safra de sua história.

Mas, tudo isso ainda está só no papel!

As análises apontam para números recordes e estratosféricos. Mas, chama a atenção o fato de que, mesmo colhendo uma verdadeira montanha de soja, o abastecimento mundial de óleo e farelo continuará comprometido. Ou seja, não existe espaço para erro!

Pela primeira vez na história, o mundo deve consumir 46,2 milhões de toneladas de óleo, para uma produção prevista em 47,0 milhões. Nessa situação, os estoques devem subir muito pouco, com a garantia de vinte e seis dias de abastecimento. Isso representa o segundo maior arrocho de abastecimento em quase quarenta anos, abaixo apenas do previsto para a safra 2013/14.

ESTOQUE MUNDIAL DE ÓLEO DE SOJA (MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: USDA

O mesmo balanço acontece com o farelo. O seu quadro de oferta e demanda deixa claro que as reservas globais podem até subir um pouco. Assim, grandes países produtores, como Estados Unidos e Brasil, continuarão com a corda no pescoço. Pelas projeções, 98% da produção recorde (198,7 milhões de toneladas) serão consumidos entre outubro de 2014 e setembro de 2015, o que equivale a 194,32 milhões toneladas.

É incrível, mas em apenas duas décadas, o consumo de farelo duplicou no mundo, com o incremento de um terço nos últimos dez anos. As reservas continuarão a representar cerca de 5% da produção global, atingindo 10,79 milhões de toneladas. Esse nível mantém o mundo com apenas vinte dias de abastecimento garantidos.

Voltamos a lembrar: tudo isso se saírem dos campos 311,1 milhões de toneladas de soja na temporada 2014/15. Essa quantidade fica 28 milhões acima do colhido na última safra.

Em breve, o mundo será forçado a olhar com atenção para a América do Sul, onde o clima terá que colaborar para garantir tanta soja. Se a produção for de fato recorde, os preços podem, sim, cair ainda mais na Bolsa de Chicago (CME Group), sobretudo no pico de colheita dos Estados Unidos.

Mas, ainda assim, os exportadores terão que continuar pagando prêmios elevados aqui no Brasil, mantendo a referência próxima de US$ 11/*bushel*. Do contrário, o dólar terá que explodir, pois ninguém conseguirá fechar as contas, colocando em risco a produção de 2016. ■

* Analista chefe da equipe de grãos e estrategista da Rural Business

GADO GORDO

Blindagem nas informações

Júlio Brissac*



A PECUÁRIA de corte do Brasil parece ainda não ter percebido que os frigoríficos exportadores de grande porte investem cada dia mais num complexo banco de dados para controlar a produção e a comercialização de gado gordo do País. As empresas frigoríficas de grande porte não medem esforços para saber, cada dia com mais precisão, quanto cada criador produz, quando e como vendem, como anda sua saúde financeira e quão grande será ou não seu apuro financeiro no curto, médio e longo prazos.

O problema maior é que o produtor poderia exigir uma contrapartida, mas não o faz! Hoje, os grandes frigoríficos têm na tela, em tempo real, tudo o que precisam saber de uma propriedade rural e de seus proprietários, jogando com os dados para melhorar suas margens de lucro.

Essas empresas recolhem dados fundamentais e estratégicos, de maneira extremamente fácil, da massa da pecuária de corte do Brasil, graças à inocência de boa parte dos produtores rurais. Decididamente, é como roubar pirulito de criança!

Isso mesmo. E o que mais impressiona é que todas essas informações, entregues de mão beijada, são mais tarde usadas contra eles próprios, na hora da venda de sua produção.

O mundo mudou. Não existe mais espaço para amadorismo. Abrir dados sobre o seu escalonamento de produção é o mesmo que dizer ao seu comprador: "entre os meses tal e tal, não precisa pagar mais pela arroba, porque eu certamente serei forçado a lhe vender boi"!

A mesma pecuária que opera como um livro aberto esquece-se de cobrar uma contrapartida, deixando as indústrias manterem trancafiados, a sete chaves, números de suma importância para o planejamento do seu negócio!

Em plena era digital, quem opera na produção de gado gordo não sabe quase nada do que acontece dentro das grandes indústrias frigoríficas do Brasil. Qual o abate real dessas empresas? Quanto é boi e quanto é vaca? Quantos animais foram enviados de confinamentos e qual o seu peso? Quantos animais o mercado absorve mensalmente?

No que diz respeito à informação sobre a demanda de carne bovina, então, o vazio passa a ser total. Quanto se vende semanalmente de carne neste País? O que de fato representam as exportações de carne bovina para o rumo de preços do gado gordo neste momento?

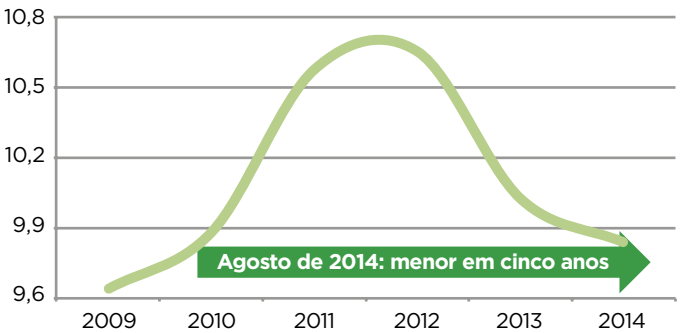
Decididamente, o setor permanece no século XIX quando o assunto é informação de dentro de um frigorífico. Falta pressão dos criadores para que esse círculo vicioso se rompa. Se não tomarem rapidamente seu espaço, e de forma competente, chegando já às facilidades do século XXI, a blindagem política/mercadológica imposta pelos megaexportadores e pelo próprio Governo só vai crescer, achatando ainda mais a rentabilidade do setor.

Basta de blindagem nas informações! Em plena era digital, é hora de a pecuária de corte brasileira abrir os olhos e exigir informações consistentes e em tempo real, ou o mais próximo possível disso, para planejar investimentos e reduzir riscos.

É bom que a pecuária moderna saiba que, hoje, já existem *softwares* com capacidade de olhar a produção das fazendas por satélite. Portanto, chegou a hora de deixar de ser inocente e saber todo o poder da informação e a sua capacidade de melhorar os lucros.

Veja um exemplo de parte do que é possível gerar de informação com dados mensais de confinamento dos EUA: ■

ESTADOS UNIDOS: CONFINAMENTO (MILHÕES DE CABEÇAS)



Nota: posição no dia 1º de agosto de cada ano
Fonte: USDA

* Analista chefe e estrategista de pecuária de corte da Rural Business



MILHO

Mercado em constante ameaça no Brasil

Júlio Brissac*

Crescimento desordenado da produção pode gerar grandes prejuízos a produtores e consumidores

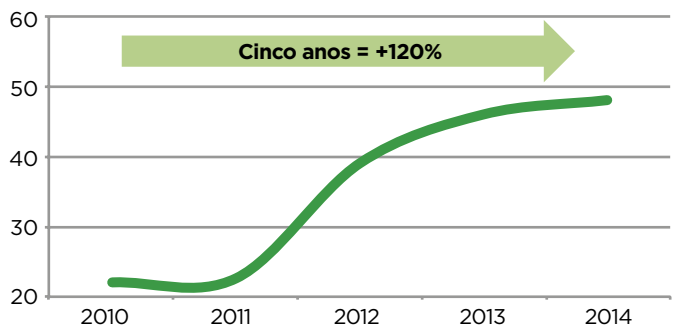
O CRESCIMENTO desordenado da produção de milho no Brasil pode gerar grave crise ao setor agrícola nos próximos anos. Hoje, alguns questionamentos tomam conta do mercado: o que fazer com tanta quantidade? Para quem vender? Para onde exportar? Como conseguir armazéns?

Diante do aumento cada vez maior da colheita do milho 2ª safra, o cenário da comercialização pode sofrer uma alteração brusca, com a inversão do rumo dos preços do dia para a noite. Muitos atores podem ser pegos de surpresa, no contrapé.

Pelas projeções da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), a safra 2013/14 será a segunda maior da história, próxima de 80 milhões de toneladas, atrás apenas da safra 2012/13, quando foram colhidos 81 milhões. Com isso, o Brasil será forçado a estocar 13,8 milhões de toneladas do cereal. Isso significa que o fechamento da temporada, em janeiro do próximo ano, corresponderá a três meses de consumo, a maior folga de toda a história.

E muitos podem perguntar: como o País, com uma sobra tão grande de milho, poderá mudar o curso dos preços de forma tão abrupta?

BRASIL: PRODUÇÃO DE MILHO SAFRINHA (MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: Conab

O problema está na falta de planejamento da produção e no crescimento desenfreado da chamada antiga safrinha, hoje "milho 2ª safra". Somente no estado do Mato Grosso do Sul, a colheita corresponde à quantidade colhida no Brasil inteiro dez anos atrás, com registro de crescimento na ordem de 717% entre as temporadas 2004/05 e 2013/14. No Mato Grosso, esse aumento chegou a 505%, enquanto, no Paraná, alcançou 446%. A média brasileira ficou na casa de 526%.

Enquanto isso, a produção de milho 1ª safra (verão) desaba. Para a safra 2014/15, a área ocupada deverá ser a menor de todos os tempos no País. O abastecimento interno cada dia fica mais na dependência do milho 2ª safra (inverno), sempre de altíssimo risco climático. Na temporada 2013/14, mais de 60% da produção brasileira de milho foram colhidos na 2ª safra.

Entre os três maiores estados produtores, estão Paraná e Mato Grosso do Sul, onde a ameaça de geadas é sempre uma constante. Uma adversidade climática, com forte intensidade e abrangência, poderá sumir com grande parte dos estoques de milho do País como num passe de mágica. Esse risco altera o rumo dos negócios sem qualquer aviso prévio.

A inconstância do milho leva preocupação para o mercado da soja, que poderá ser tremendamente prejudicado. Na busca de rentabilidade, o plantio da oleaginosa tenderá a aumentar de forma expressiva. Isso trará dificuldade para a economia agrícola brasileira, em especial a partir de 2015.

Sem políticas para garantir renda ao produtor, boa parte dos avanços tecnológicos e da modernização do maquinário agrícola será vista apenas pelo retrovisor. A produção brasileira perderá competitividade ao redor do mundo. Com enormes pressões nos custos de produção e preços sem firmeza, a esperança dos produtores recairá sobre a ocorrência de uma quebra global de produção para conseguir respirar. Incapazes de planejar o médio e o longo prazos, os consumidores defrontarão com maiores riscos nos seus negócios.

O setor agrícola precisa deixar um pouco a produção de lado e investir da porteira para fora, em informação estratégica e planejamento. Do contrário, muita gente vai ficar pelo caminho. ■

* Analista chefe e estrategista de pecuária de corte da Rural Business

Floresta

AÇÃO PÚBLICA REDUZ DESMATAMENTO

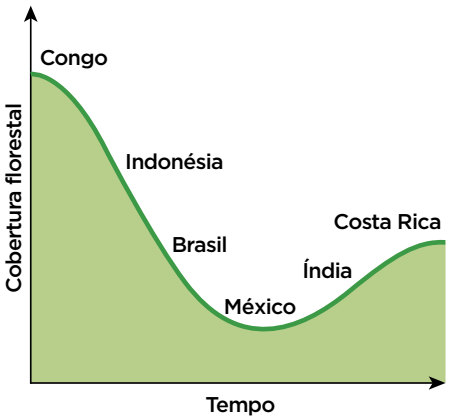
O DESMATAMENTO das florestas tropicais é geralmente relacionado ao crescimento econômico nos países que abrigam estes ecossistemas. Dado que nações em desenvolvimento tendem a apresentar taxas de crescimento econômico elevadas, elas deveriam apresentar mais desmatamento do que o observado em nações desenvolvidas. Tal problema seria agravado pela diferença em termos de regulação e monitoramento ambiental entre o grupo de países.

O argumento acima é reforçado se considerados os diferentes estágios de desenvolvimento presentes em nações desenvolvidas e em desenvolvimento. Isso porque nações em desenvolvimento geralmente crescem mais no setor agrícola e industrial, que impactam mais diretamente o meio ambiente, enquanto nações mais desenvolvidas geralmente têm a expansão do PIB mais apoiada no setor de serviços, com atividades menos agressivas ao ambiente do que os primeiros.

Em uma perspectiva histórica, é de se esperar que o desmatamento aprofunde-se nos primeiros estágios de desenvolvimento e vá atenuando-se nas fases seguintes. Essa ideia é expressa na "curva de transição florestal", que relaciona o estágio de desenvolvimento à cobertura vegetal das diferentes nações. Variações desta curva relacionam o PIB *per capita* à taxa de desmatamento, buscando demonstrar como nações mais ricas teriam menos incentivos econômicos a desmatar.

Diversos estudos sobre florestas reconhecem as fortes influências do desenvolvimento econômico sobre a preservação. Contudo, outros elementos indiretamente ligados a esse processo também impactam sobre o desmatamento. Estudo recente do Center for Global Development (CGD) – um *think tank* sediado em Washington – considerou 117 casos ao redor do mundo e concluiu que os principais *drivers* de desmatamento seriam o crescimento populacional e a proximidade de aglomerações urbanas junto às florestas.

CURVA DE TRANSIÇÃO FLORESTAL: COBERTURA DE ÁRVORES E ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO



Fonte: The Economist

Nesse sentido, a queda na fertilidade no Brasil, na China e em outras nações com grandes florestas ajuda a explicar a queda no desmatamento ao redor do mundo. Em outras regiões, a migração para as cidades ajuda a explicar a redução no desmatamento, mesmo sem uma redução significativa na taxa de fertilidade. Tais elementos reforçam o argumento da curva mencionada acima, dado que nações em desenvolvimento apresentam maiores taxas de crescimento vegetativo, bem como um acentuado processo de urbanização.

Ainda assim, a realidade desafia a lógica por trás dessa curva em vários casos. A expansão do agronegócio observada no Brasil ao longo da última década deveria levar a uma maior degradação, o que não se observou. Da mesma forma, a expansão industrial e a necessidade de expansão da capacidade de geração de energia deveriam impulsionar o desmatamento. A construção de Belo Monte é emblemática nesse sentido. Contudo, a taxa de desmatamento no Brasil caiu sensivelmente nos últimos dez anos.

O caso oposto também pode ser observado. A Indonésia apresentou redução considerável na taxa de crescimento populacional e incremento da produção agrícola, o que acarretou uma das maiores taxas de desmatamento do mundo. Assim, questiona-se qual seria a principal diferença entre casos de sucesso, como o Brasil, e fracassos, como o observado na Indonésia. A resposta está justamente na atuação do Estado por meio de políticas públicas que possam conter o processo de desmatamento gerado pelo processo de crescimento econômico.

Ao se analisar o caso brasileiro, observa-se uma mudança rápida nas taxas de desmatamento como resultado direto das políticas de controle implementadas pelo Estado a partir do governo FHC e aprofundadas nas gestões posteriores. O desenvolvimento de uma legislação mais rígida, bem como a melhora nos mecanismos de monitoramento e controle, permitiu uma redução do desmatamento[1].

Dessa comparação, pode-se inferir uma importante lição: apesar dos elementos considerados na curva da transição florestal possuírem um elevado poder explicativo, sua interpretação não deve remeter-nos a uma visão determinística de que o estágio de desenvolvimento econômico determina o nível de desmatamento.

Ao se analisar casos como o brasileiro, fica evidente que esse determinismo não corresponde à realidade, havendo grande espaço para atuação de agentes públicos na redução do desmatamento. E isso pode ser feito sem comprometer o crescimento econômico, até mesmo aquele baseado em atividades agrícolas. ■

1 Ver o artigo "Queda no desmatamento da Amazônia: ação inteligente", na edição de agosto de 2014 da revista ***Agroanalysis***



Caderno Especial

A hora e a vez dos biológicos

ABCBio
Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico

Gustavo Ranzani Herrmann*



A interferência humana, ao longo da história, direta ou indiretamente, sempre contribuiu para o desequilíbrio da natureza. Essa constatação antiga é também motivo de preocupação. Por sua vez, nos seus vários estágios de vida, as espécies de plantas e animais enfrentam os constantes ataques de inimigos naturais, como parasitoides, predadores e patógenos.

Um dos meios de combate de pragas, que envolve mudanças de hábitos da sociedade, constitui o Manejo Integrado de Pragas (MIP). Esse sistema busca controlar as pragas por meio do aumento dos fatores de mortalidade natural das mesmas. Isso pode ser viabilizado com base em parâmetros técnicos (eficácia), econômicos (maior lucro), ecológicos (preservação e saúde) e sociológicos (adaptáveis).

Hoje, na busca da restituição do equilíbrio da natureza, o controle biológico assume grande importância. Dentre as etapas de um programa de MIP, ele ocupa uma posição bastante importante. É uma das medidas utilizadas para manter as pragas abaixo do nível de dano econômico, ao lado de métodos de controle físico, comportamental, de resistência de plantas a insetos, genético, entre outros.

Na última edição da ***Agroanalysis***, a Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABCBio) publicou a primeira parte de seu caderno especial "A hora e a vez dos biológicos", o qual contou com os artigos: "O amadurecimento do setor", "Legislação: avanços e dificuldades" e "Controle biológico: entraves e perspectivas". Nesta edição, a ABCBio completa seu caderno com dois outros textos importante para o setor: o primeiro sobre *marketing* e o segundo a respeito de logística. Esperamos, assim, ter levado aos leitores informações atualizadas e relevantes sobre um negócio em franco desenvolvimento no agronegócio brasileiro.

** Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico (ABCBio)*

Desafios na logística e distribuição

Ari Gitz*



Na safra 2013/14, algumas regiões do Brasil sofreram com a introdução de uma nova praga na agricultura, denominada *Helicoverpa armigera*. De grande importância econômica em outros países, a praga chegou ao Brasil causando perdas econômicas em alta escala nas lavouras brasileiras, principalmente no estado da Bahia.

Devido a essa nova situação, diversos entomologistas de instituições de pesquisa e ensino, bem como consultores, empenharam-se para a definição de métodos de controle do alvo biológico, que, anteriormente, era desconhecido em terras brasileiras.

Para tanto, realizaram-se pesquisas sobre os métodos de controle biológico adotados em outros países. Descobriu-se, então, que, nos continentes da Oceania e da Ásia, uma das ferramentas mais eficaz é o controle biológico, com excelente resultado no controle de pragas.

Iniciou-se, então, um processo de importação, produção e comercialização de produtos biológicos em quantidade expressiva. Produtos como vírus (*baculovírus*), bactéria (*Bacillus thuringiensis*) e parasitoide (*Trichogramma* sp.), entre outros, começaram a ter uma alta procura por parte dos agricultores para o auxílio e combate à *Helicoverpa armigera*.

O crescente uso dos biológicos, assim como a introdução de novos produtos pela indústria, traz à tona o problema de logística e distribuição a nível nacional. O desafio é transportar e armazenar produtos em baixa temperatura, face à vida curta da prateleira do vírus (*Trichogramma*). Pela primeira vez, se utilizaram contêineres a uma temperatura de -12°C e câmaras frias.

Houve, também, uma necessidade do transporte rápido para insetos predadores. Também pelo seu tempo de vida curto, é ne-



cessário que os mesmos cheguem a tempo de serem liberados nas lavouras para o controle da *H. armigera*. Essa mudança radical na logística de pesticidas levou as empresas produtoras e os canais de distribuição a se adaptarem a essa nova onda tecnológica antes desconhecida.

Atualmente, pode-se afirmar que o controle biológico é uma realidade. A agricultura brasileira está cada vez mais adepta a este tipo de tecnologia. Seguimos a trilha dos países mais evoluídos no ramo do agronegócio, com uso constante do método de controle para compor o MIP (Manejo Integrado de Pragas).

** Vice-presidente da ABCBio*

Informar, educar ou necessidade?
Marketing e comunicação no controle biológico

Wellington Cesar Adão*



Esse é um assunto extremamente complexo, atual, desafiador, transcultural, transdisciplinar e transgeracional! A ideia, aqui, não é responder, nem indicar um caminho, mas, sim, fazer pensar, instigar e provocar.

Somos, hoje, pouco mais de 7 bilhões de seres humanos, rumo aos 8 bilhões daqui doze anos. Atualmente, destes 7 bilhões, aproximadamente 1 bilhão de seres humanos passa fome todos os dias. Enfim, ainda discutimos e não temos nenhuma certeza se é má distribuição ou falta/pouca produção.

Nós nos perguntamos: precisamos distribuir melhor o que produzimos ou produzir mais por área ou em mais áreas? E podem apostar: todos têm uma opinião formada e certa sobre esse assunto! E, ainda, não podemos esquecer o tema 'desperdício'.

Atualmente, pouco mais de 50% da população mundial vivem em áreas urbanas. As projeções estimam que, em 2050, essa urbanização, associada ao crescimento da população mundial, irá representar dois terços da população mundial, ou seja, teremos 6 bilhões de pessoas vivendo nas cidades; é quase a população global atual toda na cidade. E quem no campo?

Vamos para mais alguns números: dois países, cultural, social e economicamente completamente diferentes, detêm quase 80% de todas as empresas de biocontrole do mundo. São eles: os Estados Unidos da América (316.438.601 habitantes) e a República da Índia (1.220.800.359 habitantes). Isso representa 1.537.238.960 de habitantes, ou seja, 21,5% da população mundial.

Os outros treze países desta lista, juntos, totalizam 20% das empresas de biocontrole do mundo! Quando olho esses números, isso me faz pensar e acreditar que são razões completamente diferentes, mas alcançando o mesmo objetivo – o mesmo fim –, que levam esses dois países a investirem em biocontrole.

Perguntamos: é informação, educação ou necessidade?

O agronegócio brasileiro, comparativamente, está mais próximo da realidade dos Estados Unidos da América? Ou mais próximo da realidade da República da Índia? Pelo tamanho do agronegócio e pelo que ele representa no PIB, estamos mais próximos dos EUA, certo? Culturalmente e economicamente (BRIC), nós estamos mais próximos da Índia, certo? Somos uma mescla dos dois? Enfim, considerando que estamos próximos destas duas realidades distintas, por que o biocontrole brasileiro não tem a importância e o ritmo que tem nestes dois países?

Podemos acreditar que o mercado de biocontrole na Índia seja semelhante ao que há no Brasil? Mais informal e formado por

EMPRESAS DE BIOCONTROLE, POR PAÍS (2012)

País	Participação
EUA	50,4%
Índia	26,4%
Reino Unido	4,1%
Alemanha	3,3%
Canadá	2,5%
Itália	1,7%
Brasil	1,7%
República Tcheca	1,7%
Islândia	0,8%
França	0,8%
Holanda	0,8%
Austrália	0,8%
Bulgária	0,8%
Israel	0,8%
Noruega	0,8%
Total	97,4%

Fonte: Global Biopesticides Market – Trends & Forecasts (2012); New Ag International (2013)

NÚMERO DE PATENTES DE BIOCONTROLE (2012)

País/continente	Participação (%)
Estados Unidos	41%
Europa	13%
Japão	18%
Demais	28%

Fonte: Goldfire

pequenas empresas, lastreadas por pesquisas da iniciativa pública? Que o mercado de biocontrole americano seja mais formal, formado por médias e grandes empresas, lastreadas na sua totalidade pela iniciativa privada?

Novamente: os *players* do biocontrole brasileiro são uma mescla dos dois cenários? Se sim, a questão é informar, educar ou uma necessidade? Se não, a questão é informar, educar ou uma necessidade? Qual o caminho ou a resposta certa?

Nesse cenário que se apresenta, de hoje e de amanhã, qual o grau de conhecimento que a população urbana tem a respeito da área agrícola? Sustentabilidade para a população urbana é apenas poupar água quando se vai lavar o carro e apagar a luz que não está sendo utilizada? Há realmente a intenção de pagar pela adoção de tecnologias de produção limpas? A adoção de tecnologias limpas de produção e de biocontrole sem rastreabilidade tem validade? A quem mais interessa a adoção e uso das tecnologias limpas de produção? A adoção dar-se-á por questões econômicas do produtor? Por questões de saúde do produtor ou do consumidor? Pelas questões ambientais? Resistência? Proteger a vida útil de moléculas químicas? Pela proteção das águas? Dos solos?

Pensamos que deveríamos informar a sociedade de forma geral, educar nossos filhos como futuros consumidores, profissionais e produtores e aproveitar para atender as necessidades do meio ambiente, da saúde humana e das questões econômicas.

São todas questões transgeracionais! ■

** Diretor da ABCBio*

ABC Bio
Associação Brasileira das Empresas de Controle Biológico

EMPRESAS ASSOCIADAS

AGRI HAUS DO BRASIL · AgriValle · Arysta LifeScience · Bayer CropScience · BALLAGRO · BIOCANA · BIOTECH CONTROLE BIOLOGICO · Biocontrol · BIOCONTROLE · Bthek · BUG · LABORATÓRIO FARROUPILHA · FMC · IHARA Agricultura é a nossa vida · KOPPERT BIOLOGICAL SYSTEMS · novozymes Rethink Tomorrow · ourofino agrociência · PROMIP · Simbiose · SUMITOMO CHEMICAL Latin America · UPL

abcbio@abcbio.org.br • www.abcbio.org.br



Modelo único de representatividade

Resultado calcado em uma base forte

A Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT) completa dez anos de atividades em fevereiro de 2015. Em contagem regressiva para o primeiro decênio, a entidade tem fortalecido seu papel de articuladora junto ao poder público. Mas o trabalho junto à base, consolidando sua representatividade em meio aos produtores mato-grossenses, tem destaque.

Algumas conquistas obtidas neste ano demonstram a eficiência do modelo de trabalho da associação. A publicação de editais de concessão de obras de logística que beneficiam Mato Grosso também tem participação da entidade, que coordena o mais organizado fórum em prol da logística no País (o Movimento Pró-Logística).

A agilidade na realização de leilões do Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO) para o milho produzido no estado é outro fato comemorado pelos produtores. No cômputo geral, somente em 2013, para cada R$ 1,00 investido pelo produtor na manutenção da Aprosoja-MT, a entidade conseguiu um retorno de R$ 42,63 – seja na economia de custos ou na recuperação de receita. Mas o maior simbolismo desse fortalecimento é o fato de Neri Geller, ex-vice-presidente da associação, ser o atual ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, depois de ter desempenhado a função de secretário de Política Agrícola.

Como uma entidade jovem e que representa o setor produtivo rural de um estado com pouca relevância político-partidária no Brasil tem conseguido esses feitos?

Parte do segredo dessa eficiência é a forma de representação construída pela Aprosoja-MT. Além de dividir as demandas dos produtores rurais em comissões temáticas, profissionalizando o trabalho, a entidade investe na formação e renovação permanente de suas lideranças.

Além disso, a representatividade é levada a sério: em 2013, a associação adotou o voto direto para escolher seus delegados – produtores que se voluntariam para atuar como multiplicadores da entidade nos municípios produtores. Uma base forte: o grande segredo da força desta associação.



APÓS ELEIÇÃO COM VOTO DIRETO, DELEGADOS DA APROSOJA-MT TOMAM POSSE

ANDRÉ RONDON

Na articulação de pautas estruturais

Ricardo Tomczyk estava em sua terceira experiência como diretor da Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT) quando Carlos Fávaro, então presidente, renunciou ao cargo para trabalhar sua candidatura a vice-governador do estado. Advogado e produtor rural na região sul de Mato Grosso, Tomczyk começou cedo na representação de classe do setor rural. Foi presidente do Sindicato Rural de Rondonópolis, em 2007, e um dos fundadores da associação, quando ainda tinha 28 anos.

Hoje, comanda a entidade num momento histórico, prestes a completar dez anos de existência. Em sua pauta, constam temas estruturantes, que vão de logística a política agrícola, passando por defesa agrícola e a constante busca por segurança jurídica para a atividade no Brasil. Temas estes que requerem da Aprosoja-MT um papel de articulação muito forte. "Como instituição, precisamos construir pontes. O diálogo é fundamental para podermos avançar", declarou o presidente.



"O DIÁLOGO É FUNDAMENTAL PARA PODERMOS AVANÇAR", PONTUA RICARDO TOMCZYK

ANDRÉ RONDON

A Aprosoja-MT completa dez anos de fundação no início de 2015. Qual será a tônica da organização daqui para frente?

Aprendemos com as últimas gestões da nossa entidade a importância de mantermos a proximidade com os produtores mato-grossenses e de estreitarmos a relação com órgãos públicos e representativos. Agora, estamos fortalecendo-nos como organização, melhorando processos internos e qualificando melhor os nossos quadros – o que vai nos permitir bem representar nossos associados.

Ao mesmo tempo, estamos sendo cada vez mais demandados para participarmos de fóruns de tomada de decisão na esfera federal e estadual. Recebemos da base as demandas, identificamos quais são as prioridades, qualificamos essas demandas e as levamos para os fóruns corretos. Como instituição, precisamos construir pontes. O diálogo é fundamental para podermos avançar, junto à base e fora dela.

Hoje, qual é o maior desafio da cadeia produtiva da soja?

Podemos agrupar as principais demandas estratégicas do setor em quatro pilares: logística, política agrícola, defesa agrícola e segurança jurídica. É arriscado eleger um único desafio desse cenário, pois várias ações estão correlacionadas. Basicamente, precisamos reduzir os riscos à produção de alimentos em nosso País.

Quais são as demandas em relação às condições de logística?

Precisamos construir um novo modelo de concessão de ferrovias, em que seja possível mais de um operador atuar no mesmo trecho. Com o conceito de *open access*, teremos mais competitividade e preços mais baixos. Pleiteamos também a aprovação da Lei de Eclusas (PL nº 5.335/2009), para garantir mais navegabilidade nos rios, mas é também essencial que haja mais investimento em infraestrutura de forma geral.

Coordenamos o Movimento Pró-Logística, que une entidades de todo o setor produtivo mato-grossense e, a cada nova vistoria em obras pelo estado, vemos como é necessário melhorar o padrão asfáltico, para que a periodicidade das obras seja reduzida. Outra reivindicação com a qual temos trabalhado é a desoneração dos pedágios, como uma forma de reduzir o custo das concessões.

E quanto à política agrícola, qual é o posicionamento?

Pleiteamos programas de apoio à comercialização efetivos e desburocratizados. Entendemos ser mais viável que o Governo Federal trabalhe com um plano agrícola plurianual e que institua preços mínimos de soja e milho adequados aos custos de produção, o que por si só já reduziria a necessidade de realização de leilões para escoamento de produtos.

Outra demanda é quanto ao crédito oficial, que precisa ser um instrumento mais facilitado. Já avançamos. Em setembro, o Banco do Brasil liberou uma linha de crédito oficial renovável, com prazo válido por cinco anos. Depois de aprovada a contratação, torna-se possível alterar a cultura financiada e adequar o valor a ser financiado – opções que devemos comemorar.

Outro ponto que estudamos é o modelo do seguro rural atual. Como está, é pouco atrativo ao produtor. Por que não dispormos de contratos de opção de venda, mecanismo que dá muito mais segurança ao produtor? Estamos dialogando com técnicos do sistema financeiro, de outras entidades e do próprio governo para chegarmos lá.

Uma demanda recorrente nos discursos da Aprosoja-MT é uma maior agilidade na liberação de moléculas de produtos químicos.

Nos Estados Unidos, o registro e a aprovação de novas moléculas usadas na composição de defensivos agrícolas levam no máximo dois anos. No Brasil, esse período chega a cinco, seis anos, e envolve três instâncias do governo federal: o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Essa demora acaba prejudicando a produção, pois deixa o agricultor com bem menos opção para fazer seu manejo químico visando controlar pragas. Em termos globais, coloca o brasileiro a alguns passos atrás do produtor norte-americano, por exemplo. Não queremos ser menos rigorosos ou perder o controle no processo, mas entendemos que esse trâmite pode ser mais rápido.

Da mesma forma, queremos mais fiscalização sobre o mercado de fertilizantes, de forma que o governo consiga garantir a qualidade dos produtos. Na área de defesa agrícola, vemos instituições estatais de pesquisa, como a Embrapa, como fortes aliados, já que a sustentabilidade do nosso negócio depende do avanço da Ciência. Recentemente, publicamos uma nota técnica em que defendemos que o governo regulamente o refúgio, que é aquele percentual da lavoura que não recebe a biotecnologia empregada como forma de garantir a resistência da cultivar geneticamente modificada.

A pauta inclui a questão ambiental?

Buscamos segurança jurídica. Queremos ver consolidado o novo Código Florestal, e, para isso, é fundamental que União e estados implantem seus sistemas de Cadastro Ambiental Rural (CAR). Cabe aos governos colocarem em operação todas as ferramentas para que seja possível aos produtores regularizarem suas propriedades – que é o ponto de partida para uma atividade produtiva sustentável.

Alertamos para o tempo que os licenciamentos ambientais e as demarcações de terras indígenas levam, mas isso não significa que somos contrários a esses processos. Só queremos que a máquina pública funcione a tempo de acompanhar o ritmo dos investimentos privados.

Um grande desafio que temos, nessa área, é a discussão sobre a legislação trabalhista. Hoje, as regras para o trabalho urbano são as mesmas usadas no campo, cuja dependência das condições climáticas o torna peculiar. O foco não é deixar de cumprir nenhuma obrigação legal, mas propor um debate sobre as particularidades do trabalho no campo.

CIRCUITO APROSOJA

Discutindo o futuro do agronegócio em Mato Grosso

Em sua 9ª edição, o Circuito Aprosoja teve como principal marca a quebra de paradigmas: além de aspectos técnicos e institucionais, a programação neste ano girou em torno da identificação das lideranças que serão necessárias para o futuro econômico e social que está sendo desenhado.

Em Cuiabá, onde o evento foi lançado no final de julho, um painel de debate reuniu o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Neri Geller, e os economistas Eduardo Gianetti da Fonseca e Samuel Pessoa. O objetivo foi projetar os rumos da política econômica a partir de 2015, após as eleições presidenciais deste ano. O debate foi moderado pelo engenheiro agrônomo André Pessôa, da AGROCONSULT, e serviu como ferramenta importante de diálogo entre diferentes correntes econômicas.

"Para o produtor, esse painel foi fundamental para o entendimento dos cenários que virão. Saber para onde pode ir a política econômica federal em janeiro de 2015 é estratégico para a tomada de decisões de qualquer liderança", observa o diretor executivo da Aprosoja-MT, Marcelo Duarte.



ECONOMISTAS DE RENOME NACIONAL DEBATERAM AS TENDÊNCIAS ECONÔMICAS ATUAIS

ANDRÉ RONDON

O foco voltado para os novos rumos da economia não ficou restrito ao evento de lançamento. No interior, entre agosto e setembro, o debate sobre conjuntura de mercado, projetos da Aprosoja-MT e liderança alcançou mais de 4,7 mil pessoas, num público formado essencialmente por produtores rurais dos 22 municípios mato-grossenses com maior destaque na produção de grãos.

"O nosso setor precisa renovar-se para continuar relevante. Um dos nossos principais focos é a permanente busca por novas lideranças, e, por isso, investimos numa abordagem que uniu dados, cenários e a análise sobre o que é ser líder, e a receptividade do público foi muito boa", observa Ricardo Tomczyk, presidente da Aprosoja-MT.

Excepcionalmente neste ano, o Circuito Aprosoja foi realizado nos meses de agosto a setembro. Geralmente, o evento ocorre entre abril e maio. A realização da Copa do Mundo em Cuiabá, uma das cidades subsedes do mundial, acabou alterando o calendário original.

Circuito Universitário – após um projeto piloto realizado em 2013 apenas em Cuiabá, a Aprosoja-MT organizou, neste ano, uma versão mais fortalecida da etapa "Universitário". Direcionada a alunos de cursos de Direito, Agronomia, Economia, Administração, Medicina Veterinária, Engenharia Florestal, entre outros, a iniciativa visa despertar entre os mais jovens o interesse pelo mundo do agronegócio, apresentando todas as oportunidades profissionais que o setor pode oferecer.

"É uma iniciativa que vale a pena continuar. Se pudermos levar essa mesma temática para toda a sociedade, todos ganham, porque ficam claras todas as oportunidades que o agro gera, muito além da porteira das fazendas", observa Gilberto Peruzzi, produtor rural em Sorriso e associado à Aprosoja-MT.

A inclusão dos universitários complementa a busca por novas lideranças citada por Tomczyk. "Nada como criarmos uma futura demanda. Dispormos de profissionais mais críticos e propositivos levar-nos-á sempre a manter o nível de excelência alto", pondera.

Em números

- 22 municípios visitados na etapa "Interior";
- Público superior a 4,7 mil pessoas;
- 6,5 mil km rodados.

Realizadores

O Circuito Aprosoja é realizado pelo quarto ano consecutivo em parceria entre a Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso (Senar-MT).

ANDRÉ RONDON



RUMOS DA POLÍTICA ECONÔMICA CENTRALIZARAM LANÇAMENTO DO EVENTO EM CUIABÁ

ANDRÉ RONDON


NO INTERIOR, PAUTA CENTRAL GIROU EM TORNO DE UMA ANÁLISE DE CENÁRIOS E O QUE É SER LÍDER



ETAPA UNIVERSITÁRIA ABORDA OPORTUNIDADES DO AGRONEGÓCIO


ETAPA UNIVERSITÁRIA ABORDA OPORTUNIDADES DO AGRONEGÓCIO

LIDERANÇA

Uma escola de líderes

A ideia não é original: foi adaptada de um projeto existente entre a Universidade de Illinois, nos Estados Unidos, e a associação de produtores de soja norte-americanos daquele estado. Instituída em 2008, a Academia de Liderança da Aprosoja-MT é um programa de educação corporativa que tem contribuído para a identificação, qualificação e renovação de líderes no setor rural mato-grossense.

Os conteúdos variam entre temas como *marketing*, organização do tempo, mercado de grãos, organização política e negociação. O público-alvo é formado por delegados da associação: produtores rurais que se tornam representantes regionais da entidade e trabalham de forma voluntária. O curso, cuja carga horária é variável, é gratuito para os participantes.

"A ideia é simples: levar conhecimento para os nossos delegados. Ao mesmo tempo, conseguimos estreitar o relacionamento e alinhar assuntos estratégicos", observa o diretor executivo da Aprosoja-MT, Marcelo Duarte. A disseminação da cultura organizacional e do "DNA" da entidade também acaba sendo realizada.

Neste ano, 43 delegados participam de uma turma exclusiva, cujos módulos continuam no ano que vem, incluindo aulas em Brasília. "Um dos temas da programação é o funcionamento das instituições públicas. Vamos fechar o conteúdo no Distrito Federal, com uma visita ao Congresso Nacional e à Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)", antecipa Duarte.

A ideia da Academia de Liderança foi bem-sucedida desde sua primeira edição. Naquela turma de 2008, estavam o atual ministro da Agricultura, Neri Geller, à época delegado da Aprosoja-MT, e o atual presidente da entidade, Ricardo Tomczyk. "Boa parte das lideranças que temos hoje no setor rural do Mato Grosso saiu da Academia", relembra Tomczyk.

É o caso do presidente licenciado da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), Rui Prado, que foi presidente da Aprosoja-MT e, hoje, é candidato ao Senado. Outros três ex-presidentes da associação podem ser citados: Rogério Salles, presidente-fundador, vice-prefeito de Rondonópolis e candidato ao Senado; Glauber Silveira, presidente da Câmara Setorial da Soja e ex-presidente da Aprosoja Brasil; e Carlos Fávaro, que concorre a vice-governador do estado.

Em 2012, o projeto da Academia de Liderança precisou crescer para dar conta da demanda surgida. Foi quando o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Mato Grosso (Senar-MT) entrou na equação, tornando-se correalizador e permitindo a oferta de turmas para trabalhadores rurais e produtores rurais de outras cadeias produtivas.

Com o incentivo dado pela Academia, novos líderes surgiram, em diferentes regiões do estado. Um crescimento quantitativo que, nesse caso, também veio acompanhado por qualidade. "De dois anos para cá, o perfil dos nossos delegados está mais diversificado. Estão aparecendo pessoas mais jovens, mais mulheres, e profissionais mais experientes. Essa diversidade é o retrato de Mato Grosso atual", pondera Ricardo Tomczyk.

Em 2013, ano de mudança de gestão na entidade, um passo a mais foi dado: a adoção de eleições diretas em todas as instâncias de composição dos quadros. Até então, apenas a Diretoria era selecionada por voto. Os delegados, com atuação mais regionalizada, eram escolhidos informalmente nos núcleos de produtores nos municípios.

"Adotamos o voto direto para testar o nosso nível de adesão por parte do produtor e para chegarmos aos nomes que tinham efetivamente mais representatividade junto à base", relembra o então presidente, Carlos Fávaro. "Criamos um exército".



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CORPORATIVA IDENTIFICA NOVAS LIDERANÇAS



LÍDERES REGIONAIS SÃO ESCOLHIDOS POR VOTO DIRETO



PAUTA DO AGRONEGÓCIO MATO-GROSSENSE FOI ENTREGUE AOS CANDIDATOS A SENADO E GOVERNO DE MATO GROSSO


"'AMBIENTE MT' É ONEROSO, COMPLEXO E INSEGURO PARA O SETOR PRODUTIVO RURAL", AFIRMA MARÇAL CHAGAS, DA FDC

De fato. Em alguns municípios, houve campanha eleitoral, com divulgação de adesivos e disputa voto a voto. Hoje, a capilaridade da entidade nas principais regiões produtoras do estado é grande, e a rede de mobilização é acionada facilmente. A cada ano, a entidade reúne de 4.000 a 5.000 pessoas em seu principal evento anual, o Circuito Aprosoja – dos quais 80% são produtores.

Depois de eleitos, os delegados assumem tarefas, como participar de comissões temáticas. Atualmente, o trabalho de representação na Aprosoja-MT é distribuído em cinco comissões: Logística, Sustentabilidade, Defesa Agrícola, Política Agrícola e Gestão de Propriedades. É nelas que cada tema estratégico da entidade toma corpo, com o apoio técnico da equipe de colaboradores da associação.

Cada comissão tem interface institucional com entes do setor público – FPA, MAPA, Ministério dos Transportes – e representantes de outras entidades. Em alguns casos, viagens internacionais são necessárias para a busca por alternativas.

"Ao participar das comissões, o delegado leva com ele a visão da ponta, do produtor que está no interior do estado, vivendo na pele os problemas que poderiam tornar-se apenas gráficos numa planilha. Ao mesmo tempo, este delegado acaba precisando qualificar-se cada vez mais para bem desempenhar o seu papel de representação. Com esse conceito de trabalho, conseguimos manter o foco na base sem perder qualidade técnica", observa Ricardo Tomczyk.

Pensar MT

Agenda positiva para Mato Grosso

Um time de peso – Aprosoja-MT, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato), Associação Matogrossense dos Produtores de Algodão (Ampa), Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat), Associação dos Criadores de Suínos de Mato Grosso (ACRISMAT) e Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso (Aprosmat) – e uma tarefa desafiadora: elaborar uma agenda com propostas para fomentar o desenvolvimento sustentável do agronegócio em Mato Grosso.

Dessa demanda, surgida nas discussões do Fórum Agro MT, que reúne as entidades do setor produtivo rural do estado, nasceu o Pensar MT, um programa de diagnóstico e sugestões para os candidatos a governador de Mato Grosso. O trabalho começou em fevereiro, com rodadas de discussão e pesquisa quantitativa para ouvir produtores e lideranças do setor em todo o estado.

De forma paralela, técnicos da Fundação Dom Cabral (FDC) ouviram especialistas, servidores públicos e técnicos sobre os temas considerados estratégicos para o agronegócio matogrossense: logística, tributação, legislação ambiental, política fundiária e defesa sanitária. Dessas duas ações, surgiram vários conteúdos, que foram analisados, hierarquizados e sistematizados em um documento final, batizado de "Agenda Positiva do Setor Agropecuário".

Em setembro, o documento, que apresenta o diagnóstico e as soluções propostas pelo agronegócio estadual, foi entregue aos candidatos a governador e a senador. A tônica central da agenda mostra que, mais do que projetos, o futuro governador de Mato Grosso tem o desafio de repensar o modelo de gestão pública vigente.

"O estudo parte da ótica do produtor rural como indutor do desenvolvimento, tendo o cidadão como beneficiário final", ob-

serva Marçal Chagas, professor da FDC e um dos participantes do trabalho. Uma das conclusões obtidas com o estudo é de que o "ambiente MT" é oneroso, complexo e inseguro para o setor produtivo rural.

Mais do que citar mudanças ou projetos a serem implementados, a Agenda Positiva sugere uma mudança conceitual. "Não adianta estabelecer excelentes projetos de forma separada, isoladamente. O estado tem por essência a inter-relação entre grandes projetos, porque o modelo de gestão deve ser orquestrador de todas as propostas", observa Fábio Cammarota, também professor da FDC.

O estudo considerou também *cases* de sucesso de gestão pública em outros estados para chegar à "receita de sucesso", que une o estabelecimento de uma agenda estratégica, o alinhamento das estruturas governamentais e a instituição de mecanismos de monitoramento e avaliação.



UM DOS ASPECTOS MAIS CRÍTICOS É A LOGÍSTICA PRECÁRIA



CENÁRIO É DE ALTO VOLUME DE ARRECADAÇÃO E POUCOS INVESTIMENTOS

Um elemento desafiador para Mato Grosso proposto pela FDC é a constituição de fóruns chamados "espaços de diálogos estratégicos", uma interface a ser compartilhada entre o governo do estado e a sociedade civil, representada por câmaras temáticas, órgãos setoriais e escritórios de projetos e processos.

A Agenda Positiva levantou também os assuntos mais frágeis para o setor produtivo em Mato Grosso. Confira quais são:

Infraestrutura

1. Armazenagem: a situação atual é de capacidade de armazenagem deficitária;
2. Escoamento: há problemas no escoamento da produção, e as rotas adotadas são pouco eficientes (enquanto a produção é feita em torno do paralelo 16, a exportação sai pelo Sul);
3. Frete: há disparidade no preço do frete (o produtor mato-grossense paga US$ 145/tonelada e o norte-americano, US$ 25/tonelada);
4. Modais: forte dependência do modal rodoviário;
5. Energia: além do alto custo energético, há problemas de infraestrutura, pois há regiões que ainda sofrem com distribuição de energia;

Política tributária

6. Carga tributária: carga alta em relação às demais Unidades Federativas; cenário com alto volume de arrecadação e poucos investimentos;
7. Sistema tributário: grande complexidade do sistema tributário estadual, dificultando a operação das leis;
8. Gestão fiscal e orçamentária: uso de fundos estaduais para quitação da folha de pagamento; há falta de política estratégica para renúncia fiscal; há falta de transparência na aplicação dos recursos;

Meio ambiente

9. Imagem: discurso ideológico sobre o papel social do produtor rural baseado em informações incorretas;
10. Legislação: foco punitivo, e não de desenvolvimento sustentável;

Política fundiária

11. Ideologização: discurso ideológico sobre o papel social do produtor rural baseado em informações incorretas;
12. Controle e regularização das propriedades: procedimentos para regularização da titulação das propriedades são complexos;
13. Problemas na atuação do governo: dificuldade e lentidão para se regularizar a posse da terra;

Defesa agropecuária

14. Conceito de defesa agropecuária: atividade ainda não é vista como atributo estratégico, embora seja pré-requisito para exportar;
15. Legislação: necessidade de marcos regulatórios.



OFICINAS LEVAM TREINAMENTO SOBRE NORMAS REGULAMENTADORAS PARA O CAMPO



CONTEÚDO É APLICADO DIRETAMENTE NAS PROPRIEDADES

Soja Plus

Programa de melhorias contínuas é ampliado

Os trabalhos da Aprosoja-MT para a ampliação do programa Soja Plus continuam em 2014. Desenvolvido em parceria com a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), o programa reúne uma série de práticas e orientações ao produtor visando à melhoria contínua na gestão das propriedades. Atualmente, 600 produtores participam do programa.

No segundo semestre, o destaque é para as normas regulamentadoras 33 e 35 (NR-33 e NR-35), que tratam das condições de trabalho em espaços confinados e em altura. Para disseminar as orientações a respeito do que prevê a legislação para estas situações, o Soja Plus realizou oficinas para produtores em parceria com a ADM, em Sapezal, Campo Novo do Parecis, Lucas do Rio Verde e Sorriso.

Em agosto, começou a distribuição da última edição do vídeo Diálogos Diários de Segurança (DDS) sobre o tema, com um passo a passo que mostra os cuidados que devem ser tomados nesses ambientes de trabalho. Além deste, o programa Soja Plus já soma outros cinco vídeos de orientação ao produtor, que podem ser baixados também pelo site da Aprosoja-MT.

O programa tem sido levado para outros estados pela ABIOVE. Em setembro, chegou a Minas Gerais, com um treinamento para 30 engenheiros agrônomos e ambientais de Uberlândia e região. O estado é o sexto maior produtor de soja no País, e a região escolhida concentra 90% da produção estadual.

O lançamento oficial ocorreu em Belo Horizonte e contou com apoio da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Sistema FAEMG), e a receptividade foi boa. "Nossa esperança é que o Soja Plus avance para outros produtos em Minas Gerais", afirmou o presidente do Sistema FAEMG, Roberto Simões.

O programa foi criado em 2011, em parceria entre indústria e produtores rurais sob a coordenação da ABIOVE e da Aprosoja-MT. Oferecido sem ônus para os produtores, tem como objetivo promover e fomentar a gestão econômica, social e ambiental nas propriedades rurais e nos outros elos da cadeia, garantindo a melhoria contínua dos processos de produção, transformação e comercialização da soja brasileira.

Atualmente, o programa está consolidado em Mato Grosso e no Mato Grosso do Sul, tendo sido instituído na Bahia e, agora, em Minas Gerais, onde conta com parceria também da Universidade Federal de Viçosa (UFV).


FELIPE BARROS

REGRAS PARA REFÚGIO SÃO DEMANDA DO PRODUTOR

Aprosoja-MT pede regulamentação do refúgio

No final de julho, a Aprosoja-MT divulgou uma nota técnica que deixou clara sua posição em relação à prática do refúgio. "Ainda não regulamentado no Brasil, o refúgio precisa ser regulamentado no País", pede a associação. A sugestão é de que ele se torne obrigatório nos casos em que o produtor adota cultivares que foram geneticamente modificadas.

"Discutimos com pesquisadores da Embrapa, do Ministério da Agricultura e da Fundação Mato Grosso e, também, ouvimos os produtores antes de nos posicionarmos", observa o diretor técnico da associação, Nery Ribas. O refúgio consiste na destinação de um percentual da lavoura que não contenha a tecnologia empregada na propriedade, com o objetivo de evitar a perda dos efeitos de controle de pragas com o passar do tempo.

A área a ser destinada ao refúgio deve ser informada pelas empresas de biotecnologia. O entendimento da associação é o de que cabe às empresas apresentarem formalmente ao MAPA os protocolos de pesquisa e experimentação de cada tecnologia comercializada.

A Aprosoja-MT sugere, ainda, que seja criado um grupo técnico-científico para acompanhar os eventos de resistência a insetos e pragas no Brasil, com a missão de monitorar a eficiência de cada tecnologia em campo. Nos casos de quebra de resistência, a Aprosoja-MT propõe a suspensão da cobrança de *royalties* pela tecnologia e a retirada total do produto do mercado.

"Além disso, será necessário que as empresas comercializem sementes de cultivares não portadoras do gene de resistência a insetos em proporção e volume suficientes para a composição do refúgio", alerta Ribas.

Outro assunto técnico que tem tido espaço na pauta da Aprosoja-MT é a perda da eficiência dos princípios ativos que compõem os defensivos agrícolas. "Estamos vivendo uma situação crítica em 9 milhões de hectares", pondera o presidente da entidade, Ricardo Tomczyk.

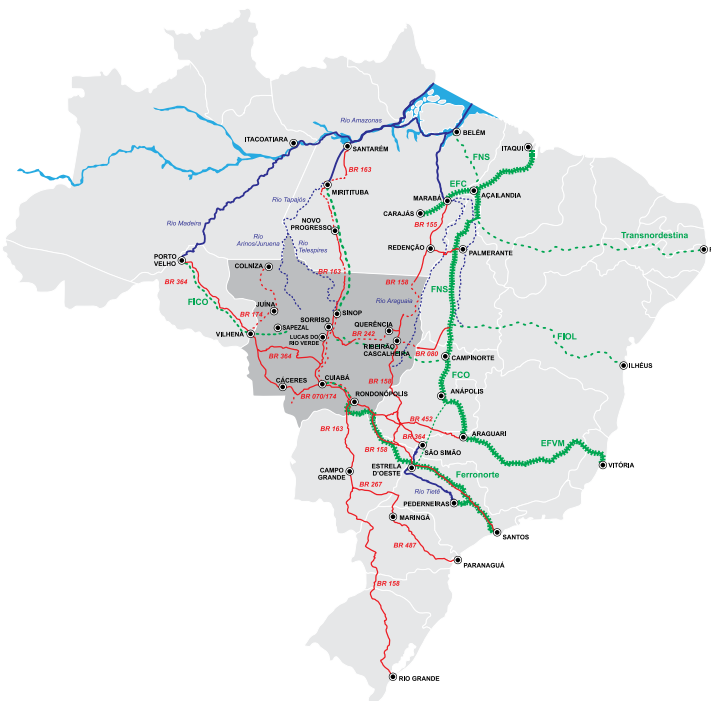
Com o aumento da produção de soja em todo o Brasil, o uso de fungicidas para a realização do manejo químico para o controle de pragas também foi ampliado. No País, há poucos grupos químicos autorizados para comercialização que combatem a principal praga que ataca a soja: a ferrugem asiática. Com isso, o uso contínuo dos mesmos produtos que combatem pragas é uma resistência maior a fungos, comprometendo a produção de soja.

Conquistas em logística

Um dos temas mais caros ao produtor rural, a infraestrutura de logística é um dos desafios estruturais mais complexos com os quais lida a Aprosoja-MT. Não à toa, a entidade participou da idealização e criação de um fórum unindo as entidades do setor produtivo mato-grossense com o objetivo de buscar melhorias para a logística estadual. Já consolidado, o Movimento Pró-Logística é coordenado pela associação e, de pouco em pouco, tem obtido importantes conquistas para o estado.

No início de setembro, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) lançou edital para contratar empresa responsável pela elaboração de projetos e obras de derrocamento do Pedral do Lourenço, na Hidrovia do Tocantins, no Pará. O novo certame será em 4 de novembro, e a contratação será feita com Regime Diferenciado de Contratações (RDC), que exige que os projetos e a execução da obra sejam integrados, ou seja, feitos pela mesma empresa.

A notícia foi comemorada pelos produtores da região leste de Mato Grosso. Com o derrocamento do Pedral do Lourenço, será possível viabilizar a estação de transbordo de Marabá e utilizar as eclusas de Tucuruí para se chegar ao



Porto de Vila do Conde, no Pará. Em outras palavras: a navegação plena poderá ser feita durante todo o ano entre Marabá e Belém. "Com essa nova rota viabilizada, poderemos escoar parte da produção pelo Norte do País", diz Endrigo Dalcin, vice-presidente Leste da Aprosoja-MT.

Bons ventos já haviam soprado em direção à região leste do estado em agosto, quando o DNIT lançou o edital de licitação dos lotes A e B da rodovia BR-242, para pavimentar cerca de 180 quilômetros. A abertura das propostas será no dia 2 de outubro. Os trechos dos dois lotes ficam entre os municípios de Sorriso e Gaúcha do Norte.

A pavimentação desses trechos é fundamental para a região leste, porque interligará a BR-163 à BR-158 – duas importantes vias para o escoamento agrícola de Mato Grosso. Atualmente, a BR-242 está asfaltada entre Sorriso e o distrito de Vila Santiago do Norte, em Ipiranga do Norte (no entroncamento da rodovia com a MT-130).

Em julho, o Movimento Pró-Logística percorreu a BR-242 em uma expedição – "Estradeiro" – e verificou a ausência de pontes, o que aumenta o risco de acidentes entre Nova Ubiratã e Vila Santiago do Norte. O trecho original é de 154 km, mas, com os desvios das pontes, a rota ganha aproximadamente 13 km a mais.

A contratação dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) da Hidrovia Teles Pires-Tapajós também mereceu comemoração. Os estudos são importante estágio para o processo de licenciamento deste projeto, que ampliará a malha hidroviária do norte do estado.

"**Ficamos em cima**" – o segredo do sucesso do Movimento Pró-Logística é a conjunção entre pé na estrada e articulação técnica. No escopo dos trabalhos, constam viagens em caravana para as principais rotas de escoamento do estado (implantadas ou em obras), para o acompanhamento *in loco* da situação de cada uma delas.

Chamadas de "Estradeiros", estas viagens, até setembro, já haviam passado pela BR-163/BR-365, no norte do estado; pela BR-174, no médio-norte; pela BR-242, no leste; e pela BR-158/BR-080, novamente em direção ao norte. Neste ano, em dezembro, o Movimento Pró-Logística organiza mais um Estradeiro pela BR-163, entre Sinop-MT e Santarém-PA.

Além da função de articular novos investimentos em logística junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o movimento busca a análise técnica de alternativas visando também à redução de custos para o setor produtivo e as comunidades. É rotina a elaboração de estudos técnicos detalhados que mostram os impactos com a implantação de novos modais logísticos.

"Buscamos todas as alternativas possíveis para conseguirmos implantar o conceito de intermodalidade, que julgamos necessário para a melhoria das nossas condições logísticas. Identificamos boas referências fora do País; ouvimos técnicos; conversamos com políticos; fiscalizamos obras; e apontamos erros... Ficamos em cima", resume o diretor executivo do Movimento Pró-Logística, Edeon Vaz Ferreira. ■



COMPLEXIDADE DA BR-163 FAZ COM QUE HAJA DOIS ESTRADEIROS NO ANO



DOIS TRECHOS DA BR-242 FORAM LICITADOS



"FICAMOS EM CIMA", RESUME O DIRETOR DO MOVIMENTO PRÓ-LOGÍSTICA, EDEON VAZ FERREIRA

Políticas públicas

SANIDADE VEGETAL E A IMPORTÂNCIA DO VAZIO SANITÁRIO

Guilherme Luiz Guimarães[1] Luis Carlos Ribeiro[2] Fábio Kagi[3]

A CULTURA da soja tem importância estratégica não apenas para o agronegócio, mas para o desenvolvimento econômico brasileiro. O País é o segundo maior produtor mundial desta cultura e o segundo maior exportador de grão, óleo e farelo. E, já em 2014, a soja deve se tornar o primeiro produto agropecuário brasileiro a alcançar um Valor Bruto da Produção (VBP) de R$ 100 bilhões.

Com esse expressivo desempenho, a cadeia produtiva da soja gera significativos impactos socioeconômicos: reúne cerca de 245 mil sojicultores e um mercado de trabalho de 1,4 milhão de empregos, segundo dados da Aprosoja (Associação dos Produtores de Soja e Milho do Brasil). Não se pode, portanto, ignorar sua relevância para a economia do País.

Por outro lado, a competitividade da soja no mercado nacional e internacional e, paralelamente, o cenário desfavorável à cultura do milho servem, ao mesmo tempo, como estímulo ao plantio daquela cultura e como fator gerador de preocupação. Isso porque, sob o aspecto fitossanitário, a introdução de cultivares mais precoces de soja criou condições favoráveis ao plantio da mesma também na "safrinha", uma vantagem que acabou acendendo o sinal de alerta em relação à falta de adoção do vazio sanitário.

A preocupação nasce do fato de que, nos países sob clima tropical, há maior incidência de pragas e doenças nas lavouras do que nos países temperados e frios, o que exige muito maior rigor na adoção de técnicas, manejos adequados e uso de tecnologias de acordo com as recomendações da Pesquisa.

Um exemplo prático é a ferrugem asiática. O Brasil é um dos países onde a doença causa mais impactos no sistema produtivo da soja: pode diminuir em até 90% a produtividade de uma lavoura. O custo da ferrugem asiática da soja por aqui, desde as primeiras epidemias severas, em 2002, até a safra de 2011/12, foi estimado em aproximadamente US$ 19 bilhões, incluindo as perdas em produção, arrecadação e o custo com o controle desta doença, de acordo com dados do Consórcio Antiferrugem.

Considerando a agressividade e a capacidade de adaptação do agente causador da ferrugem asiática da soja, há uma clara necessidade de discussão de políticas públicas de defesa sanitária vegetal. E é com base nesse cenário que a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), entidade que congrega as indústrias que atuam em pesquisa e desenvolvimento de defensivos agrícolas no País, manifesta sua preocupação quanto à necessidade de reforçar a adoção de medidas mais eficazes de manutenção da sanidade vegetal, especialmente na cultura da soja.

Entre as medidas de ação e recomendações, em consonância com as indicações da pesquisa em Ciências Agronômicas, os preceitos da extensão rural e das boas práticas agrícolas, destacam-se alguns pontos importantes: a ampliação do período de vazio sanitário, com maiores incentivos a medidas de prevenção de infestações, como o manejo da soja voluntário em campos de produção, estradas e carreadores, e a ampliação dos recursos para a fiscalização; o planejamento de safra, com uma ampla rediscussão dos zoneamentos agrícolas e uso de defensivos agrícolas com modos distintos de ação; a recuperação e o incentivo à adoção do Manejo Integrado de Pragas (MIP); maior agilidade governamental na análise de pleitos de registro e extensões de uso de produtos registrados para outras culturas, especialmente de produtos contendo novos ingredientes ativos, para evitar o surgimento de focos de resistência a campo e para preservar as alternativas atualmente viáveis; e a rotação de culturas, técnica consagrada e imprescindível para garantir a sustentabilidade agronômica da sojicultora.

Dada a importância da cultura da soja no agronegócio e na balança comercial brasileira, fica claro que tais medidas devem ser encaradas como medidas de segurança nacional, justificando esforços de todos os envolvidos na cadeia de produção.

As indústrias representadas pela Andef continuarão sua tarefa de oferecer tecnologias que auxiliem o agricultor – o grande responsável pela sustentabilidade econômica que o agronegócio tem possibilitado ao País – no desafio de produzir alimentos e suprir as demandas crescentes à produção agrícola. ■

1 Engenheiro agrônomo e gerente de Regulamentação Federal da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)
2 Engenheiro agrônomo e gerente de Regulamentação Estadual da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)
3 Engenheiro agrônomo e gerente de Educação da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

Diário de bordo

ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE, DE NOVO!



Roberto Rodrigues*

DE VEZ em quando, especialmente durante campanhas eleitorais, vêm à baila alguns temas que perderam atualidade, mas que continuam sendo defendidos por parcelas da Academia e por movimentos políticos minoritários.

Um desses é o famoso índice de produtividade das fazendas brasileiras.

Houve um tempo, quando as tecnologias disponíveis não chegavam a todos os produtores, em que a produtividade média era baixa, inibindo nossa competitividade e, também, a abertura consistente da fronteira agrícola.

Fazia sentido, então, colocar um "bode" na sala: diante da possibilidade de perder suas terras, os produtores correram atrás de inovação, e, com o apoio dos órgãos tradicionais de pesquisa, ensino e extensão rural, a produtividade cresceu, levando o Brasil a ser o que é hoje, o maior exportador mundial de café, açúcar, suco de laranja, carne bovina, carne de aves, complexo soja e tabaco.

O tema ganhou notoriedade com o disposto na Constituição de 1988: a propriedade rural que não cumprir a função social da terra poderia ser desapropriada para fins de reforma agrária.

Em 25 de fevereiro de 1993, o presidente Itamar Franco sancionou a Lei nº 8.629, que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agraria.

Em seu artigo 11º, esta lei estabelece que:

"Os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade serão ajustados, periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional, pelos Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura e do Abastecimento, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola (Redação dada pela Medida Provisória 2.183-56, de 2001)".

Os índices são medidos por fatores físicos. Analisam apenas a quantidade de grãos produzidos, de cabeças de gado por hectare ou o tamanho da terra onde houve produção. Não levam em consideração o crédito, o juro, a mão de obra, o custo de oportunidade da terra, a tecnologia e o mercado.

Segundo Eliseu Alves, da Embrapa, os critérios definidos na Constituição para determinar os índices de produtividade rural – baseados na terra e no trabalho – perderam a capacidade de explicar a produtividade total da agricultura brasileira.

Em sua avaliação, poderia ser construído um "índice de produção total dos fatores", que seria calculado pela divisão da renda bruta pelo custo total. Todos que apresentarem índice abaixo de 1 estariam com renda líquida negativa, e os que estiverem acima de 1 teriam situação positiva. Este índice, explicou ele, levaria em conta todos os fatores que atuam na produção, inclusive questões ambientais: a produtividade da terra medida pelos índices atuais não tem correlação positiva com a saúde financeira da propriedade.

Mas, afinal, para que serve isso nesta altura da história brasileira?

É claro que é para aumentar a quantidade de terra para reforma agrária. Mas quem garante que os assentados na terra desapropriada terão índices maiores?

Como tirar da atividade um produtor que tem um índice abaixo do determinado? E determinado por quem? Com que base?

E se o infeliz sofrer, em sua região, três anos sucessivos de seca, como ocorreu recentemente no Rio Grande do Sul ou no oeste da Bahia? E se o produtor estiver iniciando sua atividade – e todo mundo sabe que demora alguns anos para a tecnologia "corrigir a terra" de baixa qualidade? E se ele for atingido por outro desastre, uma praga nova que surja, uma geada ou uma chuva de pedra?

Quem vai julgar isso?

E, mais ainda: por que só na agricultura? Cinema tem índice de produtividade? Supermercado tem? Indústria tem? Loja tem? Restaurante tem?

É claro que não, porque quem não produzir bem acabará quebrando e tendo que vender seu estabelecimento.

Hoje em dia, é a mesma coisa na agropecuária: o produtor rural que tiver baixa produtividade também quebrará e será desapropriado pelo mercado.

Portanto, o tema está fora do tempo; não há mais razão para insistir nisso. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, embaixador Especial da FAO para as Cooperativas, presidente da Academia Nacional de Agricultura (SNA)

Produzir

MELHORAR O AMBIENTE REGULATÓRIO É PRIORIDADE PARA 2015



Gustavo Diniz Junqueira*

INDEPENDENTEMENTE DE quem seja o próximo presidente, alguns temas-chave no âmbito regulatório terão que ser priorizados – e enfrentados de modo proativo e profissional – pela futura gestão, sob a ameaça de que a inanição trave o dia a dia das atividades dos setores produtivos, em especial o segmento rural, e comprometa mais a já combalida economia, reforçando efeitos negativos para a retomada do crescimento em geral.

Nesse aspecto, chama a atenção o fato de que a matriz de riscos nas agendas ambiental, fundiária e trabalhista existente hoje no agronegócio cria um cenário de insegurança jurídica e imprevisibilidade para a tomada de decisões. O risco é a natureza do capitalismo e, por si só, é o que dinamiza as ações, mas certamente não é o "risco saudável" que temos no Brasil hoje.

Incertezas relacionadas ao vaivém dos mercados são conjunturais, mas as ameaças mais perversas que pairam atualmente sobre quem produz são de caráter estrutural e clamam por reformas.

Foi com o objetivo de discutir os problemas e as propostas de soluções nessas três áreas transversais e fundamentais para o agro que reunimos, em recente seminário na Rural – intitulado "Desafios Regulatórios do Agronegócio" –, um seleto time de especialistas.

O grande mote foi debater resoluções tendo como foco as respectivas abordagens a seguir para cada um dos três assuntos: a nova legislação ambiental e o desafio de implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR); a modernização da legislação trabalhista aplicada ao agro; e a segurança jurídica nas questões fundiárias do País.

A realidade é que as chamadas "travas regulatórias" são entraves cruciais que minam o planejamento e a organização, burocratizam e, consequentemente, tiram a competitividade do agro. Confiança é princípio básico para a manutenção de atividades, bem como novos investimentos. Já sua ausência tem efeito contrário, provocando paralisia e retração, alimentando um estado letárgico nocivo ao País.

O quadro regulatório nas alçadas ambiental, trabalhista e fundiária é nebuloso, complexo e inseguro. O arcabouço normativo nas três esferas serve muito mais para confundir, desorientar e atrapalhar do que efetivamente para dar objetividade, transparência e segurança.

No que diz respeito à legislação ambiental, o CAR foi o centro das discussões, com alertas sobre a demora na implantação do cadastro, questionamentos acerca da complexidade do sistema e a falta de regulamentação relativa aos programas estaduais de regularização ambiental.

Em relação à questão fundiária, ficou nítido que incertezas e uma diversidade de interpretações do poder público reinam neste tema, gerando um estado de enorme insegurança jurídica, tendo como ponto mais preocupante a problemática indígena.

O processo de demarcação de reservas é arbitrário, escorado em laudos antropológicos tendenciosos da Funai. Fica claro que um novo rito, baseado em argumentos técnicos, e não ideológicos, se faz necessário.

No tocante à aquisição de terras por estrangeiros – outro assunto também discutido –, a necessidade de um novo marco regulatório que assegure a soberania nacional e, simultaneamente, atraia o investidor internacional é patente.

Os debates mostraram que a modernização da legislação trabalhista passa por adequá-la à realidade do campo. A lei vigente dá margem a subjetividade, e carece de clareza e objetividade a definição do que é trabalho escravo. Além disso, pontuou-se que a terceirização é item-chave.

Avalio que a simplificação regulatória tem que ser uma meta a ser perseguida pela próxima administração federal. A estrutura monstruosa da máquina pública faz o País patinar, e o Brasil precisa fazer mais, com menos e mais rápido.

Intervencionismo e políticas de comando e controle devem sair de cena, a fim de que se reconstrua um ambiente amigo do investidor, dos setores produtivos, dos empreendedores e do cidadão. ■

* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

Opinião

A AGRICULTURA NO PLANETA AZUL



Mônika Bergamaschi*

A AGRICULTURA é uma das atividades mais antigas de que se tem conhecimento. Foi ela quem permitiu o surgimento das primeiras civilizações. Na medida em que foi sendo melhor entendida, descoberta e organizada, ajudou a impulsionar o desenvolvimento das sociedades. O "plantar e colher" deixou de significar apenas o saciar da fome, das necessidades mais básicas. Surgia uma agricultura capaz de alimentar também a alma humana.

As experiências pioneiras foram retratadas nas paredes das moradias. Seivas de plantas, sangue de animais, ovos e pó de pedras compunham os materiais utilizados para as pinturas rupestres, uma das mais primitivas formas de comunicação do *Homo sapiens*. Descobriram que a madeira que alimenta o fogo também servia para emitir sons, quando desdobrada em instrumentos musicais, hoje imprescindíveis na composição das mais melodiosas sinfonias. Dos vegetais, aprenderam a extrair remédios, poderosos venenos, essências e perfumes.

De tão grandiosa, talvez não seja exagero afirmar que todo o patrimônio material e imaterial do mundo passa, de alguma forma, pela agricultura. É ela quem dá o tom da vida, que empresta cores ao mundo.

Na América do Norte, o dourado dos trigais maduros emoldura a paisagem. No inverno, as áreas recobrem-se pela alva neve, prenúncio de um novo ciclo, com a chegada da primavera. E surgem exuberantes campos de milho e de soja.

Do outro lado do Oceano Atlântico, coloridas plantações de tulipas formam a mais esplendorosa colcha de retalhos nos campos da Holanda. Não muito distante, já se avistam os tons de azul e violeta dos campos franceses de lavanda. Videiras multicoloridas anunciam a boa safra de vinhos, de diferentes nacionalidades, enquanto as pastagens recobrem montanhas e aconchegam rebanhos nos Alpes suíços. Verdes laranjais na Espanha, beterrabas brancas e florestas plantadas na Alemanha; figueiras e tamareiras na Turquia. Até mesmo as pouco exploradas paisagens russas foram captadas, na década de 70, pelas lentes do italiano Vittorio De Sica, no épico romance "Os Girassóis da Rússia".

No continente asiático, as terras alagadas que recepcionam as plantações de arroz, o cereal que alimenta diariamente mais da metade da população humana, já inspiraram diversos filmes hollywoodianos.

De volta ao hemisfério Sul, os rebanhos australianos ponteiam grandes planícies. A África, de paisagens deslumbrantes, berço da civilização, exibe suas sagradas faixas verdes de agricultura às margens do Rio Nilo e a exuberante vida selvagem nas savanas. Na porção sul do imenso continente, tem-se plantações de amendoim, cacau e cana-de-açúcar.

A imagem deste breve recorrido é um mosaico diverso e colorido, que representa uma atividade da qual depende a manutenção da vida na Terra, porém nem todos têm essa consciência.

O Brasil, um país tropical, abençoado, reúne um pouco de tudo isso. Tido como o celeiro do mundo, é um dos maiores produtores do Planeta, e muito se espera dele para o abastecimento de alimentos, fibras e energia em futuro muito próximo. Detentor de terras férteis, rico em água doce, com tecnologias adaptadas, recursos humanos bem formados e com 61% do território preservados, reúne todos os pré-requisitos para ser a maior potência mundial do agronegócio, com sustentabilidade.

A tarefa não é fácil, mas o caminho é conhecido. É preciso tomar a dianteira, antecipar tendências, aumentar a produtividade, investir em pesquisa agropecuária, inovar, adicionar valor, dar oportunidade para que homens e mulheres permaneçam no campo, produzindo riquezas e esperanças. É preciso compreender melhor a agricultura e ousar um pouco mais.

Na Roma Antiga, antes de Cristo, o filósofo Cícero disse que "a agricultura é a profissão própria do sábio, a mais adequada aos simples e a ocupação mais digna para todo homem livre". Esse é o desafio do Brasil. Precisamos reconhecer a importância de sermos mais sábios, mais simples e mais dignos. ■

* Secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

Reflexão

MUDAR PARA AVANÇAR



Luiz Carlos Corrêa Carvalho*

Quando os ventos de mudança sopram, algumas pessoas levantam barreiras, outras constroem moinhos de vento.

Miguel de Cervantes

ACABAMOS DE voltar da reunião entre Brasil e Alemanha, em Hamburgo, onde o tema do agronegócio foi tratado como iniciativa especial no fórum, além das questões industriais, logísticas e outras de interesses comuns.

Ambos os países têm elevada produtividade agrícola e exportam vários produtos, com diferentes papéis de liderança. O Brasil, nos agronegócios tropicais, dá ritmo de desenvolvimento na chamada integração lavoura-pecuária-floresta, no etanol e na bioenergia elétrica; a Alemanha, na tecnologia industrial, na alta qualidade do ensino, na nanotecnologia, na biotecnologia e em outros. A relação entre os países é intensa, e a participação de empresas alemãs no Brasil é, de fato, importante.

Na Europa, a Alemanha lidera as discussões das mudanças climáticas desde o início, com ações efetivas no plano dos conceitos e nos investimentos. Nessa reunião, o país reiterou sua prioridade para com o tema da biomassa e da bioenergia, salientando a importância do Brasil e dos desenvolvimentos tanto das energias derivadas da cana-de-açúcar, como da bioquímica, por meio dos esforços realizados nas áreas de plásticos e hidrocarbonetos verdes, por exemplo.

Há, do lado técnico alemão, dificuldades em entender por que, nos últimos anos, o setor canavieiro brasileiro, no etanol, está com tantos problemas. Trata-se da equivocada política econômica, em que o etanol é arrasado e a Petrobras prejudicada, enquanto se trava a oferta de bioeletricidade com os reservatórios de água em limites críticos e o uso intensivo de térmicas movidas por combustível fóssil. Para quem olha com responsabilidade e patriotismo, é difícil entender.

Os Estados Unidos, com preços internos baixos de gás e de petróleo, inundam-se com produção própria de gás e petróleo de *shale*, responsável pelos preços do petróleo no patamar em que estão. Os problemas na Rússia-Ucrânia, Faixa de Gaza, Iraque, Irã e Síria, normalmente, teriam levado o petróleo a preços insuportáveis. Nesse caso, o Brasil é ajudado pelos preços, pois segue importando derivados como diesel e – com o enfraquecimento da oferta de etanol – gasolina. O que seria disso com os preços do petróleo a US$ 200 por barril?

A lógica da geopolítica energética global pende para nova dominância dos EUA, a dependência da Europa, da Rússia e do Oriente Médio e a grande demanda que virá da Ásia. Enquanto o Pré-Sal não acontece, a Petrobras padece em importações prejudiciais e o agronegócio canavieiro vive seus piores momentos.

O Brasil marcou, no passado (Rio-92), posição progressista no campo ambiental, elogiada pelos países desenvolvidos. Na reunião Rio+20, em 2012, a não mais do que duas semanas do seu final, em que mostrou o etanol como exemplo de sustentabilidade, o Governo zerou a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) da gasolina, massacrando o etanol em anos de preços congelados da gasolina, para teoricamente controlar a inflação.

Os levantamentos de opinião realizados pela ABAG sobre o agronegócio, no meio urbano, indicam o respeito e a atenção dos cidadãos citadinos pelo desenvolvimento e modernização do agro. Estes cidadãos, pelas pesquisas eleitorais publicadas pela mídia, estão crescentemente exigentes para com os governos. O agronegócio vem sendo cortejado pelos candidatos às eleições, também como consequência do comportamento da população urbana. ■

* Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

MÁQUINAS AGRÍCOLAS

PREÇOS MÉDIOS DE COLHEITADEIRAS EM SETEMBRO DE 2014 (R$/UNIDADE)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Ferguson	MF 32	360.000	500.000	425.000	490.000
Massey Ferguson	MF 9690	520.000	700.000	630.000	700.000
New Holland	CR 9060	780.000	850.000	943.400	840.000
New Holland	CS 660	600.000	640.000	735.000	700.000
New Holland	TC 5090	390.000	440.000	625.400	480.000
New Holland	TC 5070	330.000	390.000	508.800	560.000
Valtra	BC 6500	650.000	720.000	780.000	680.000
Valtra	BC 7500	720.000	840.000	830.000	830.000
Valtra	BC 4500	480.000	420.000	420.000	470.000
John Deere	1175 HY	350.000	470.000	410.000	478.000
John Deere	9470	510.000	640.000	550.000	655.000

Fonte: Scot Consultoria

PREÇOS MÉDIOS DE TRATORES EM SETEMBRO DE 2014 (R$/UNIDADE)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Ferguson	MF 4292/4	115.000	145.000	132.000	123.000
Massey Ferguson	MF 7140/4	160.000	180.000	150.000	148.000
Massey Ferguson	MF 7370/4	205.000	190.000	240.000	240.000
New Holland	TM 7020 (T7 150)	180.000	160.000	174.900	230.000
New Holland	TM 7040 (T7 180)	200.000	210.000	212.000	260.000
New Holland	T 7245	257.000	250.000	318.000	380.000
Valtra	BM 125-4	130.000	140.000	152.000	154.000
Valtra	BH 185-4	190.000	203.000	226.600	238.000
Valtra	BH 110	225.000	250.000	281.000	275.000
John Deere	7210	285.000	310.000	320.000	305.000
John Deere	8335	375.000	600.000	580.000	655.000

Fonte: Scot Consultoria

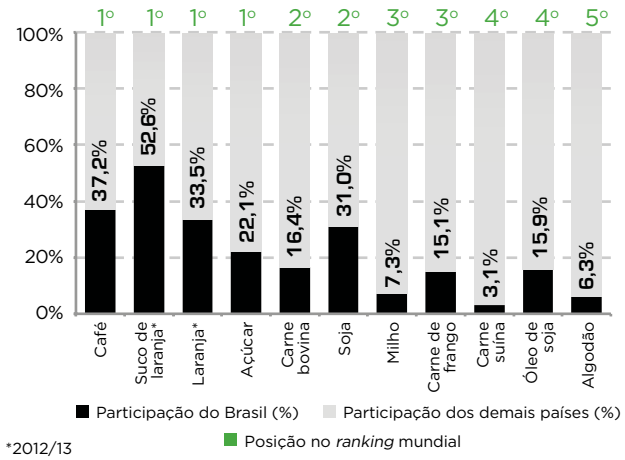
PREÇOS MÉDIOS DE VAGÕES FORRAGEIROS E MISTURADORES EM SETEMBRO DE 2014 (R$/UNIDADE)

MARCA	MODELO	CAPACIDADE (M^3)	PREÇO (R$)
	Vagões forrageiros		
Siltomac	D-7 (acoplado ao trator)	7	40.000
Siltomac	SD-22 (acoplado ao caminhão)	22	92.000
Jumil	JM 10.000	10	22.900
Jumil	JM 6000	6	23.900
ICMA	Carreta dist. de forrag. MOD - 960	10	47.646
ICMA	Carreta dist. de forrag. MOD - 600	6	37.558
MINAMI	Abastecer silos M 400	7	31.917
MINAMI	Dist. de forrag. M 442	4	40.158
MINAMI	Dist. de forrag. M 462	6	47.243
MINAMI	Dist. de forrag. M 482	10	56.785
Nogueira	VFN 8000	8	26.300
Nogueira	VFN 5000	5	19.500
	Misturadores		
Casale	Totalmix TMX 75	8	96.203
Casale	Totalmix TMX 100	10	132.394
Casale	Totalmix TMX 130	13	167.547
Casale	Totalmix TMX 150	15	174.003

Fonte: Scot Consultoria

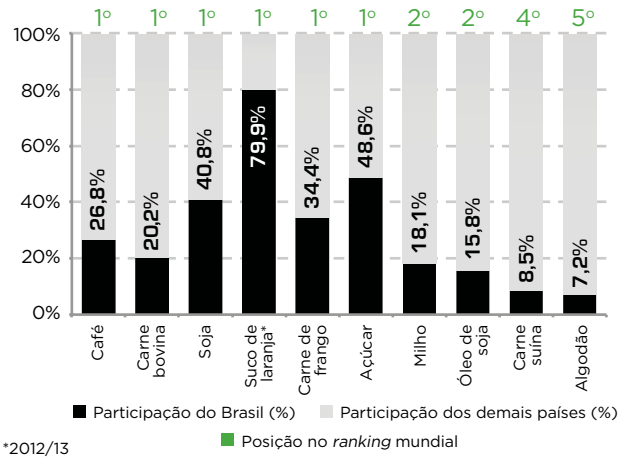
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2013/14



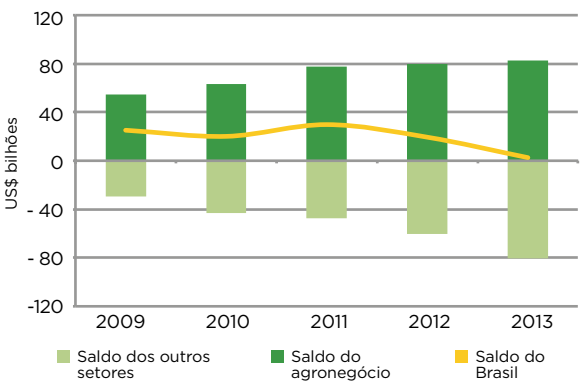
*2012/13
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2013/14



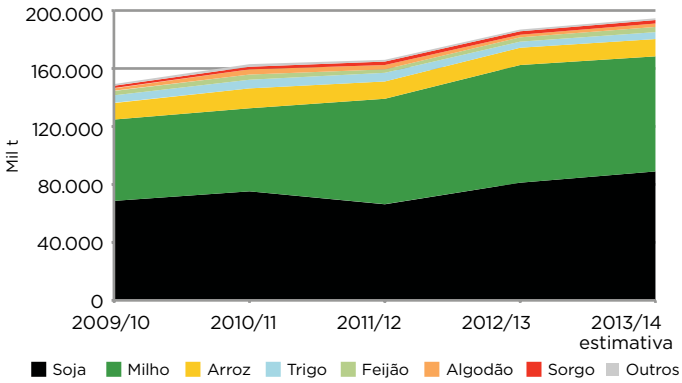
*2012/13
Fonte: USDA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



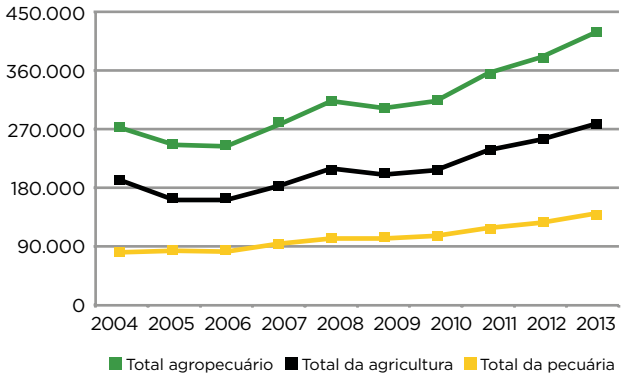
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



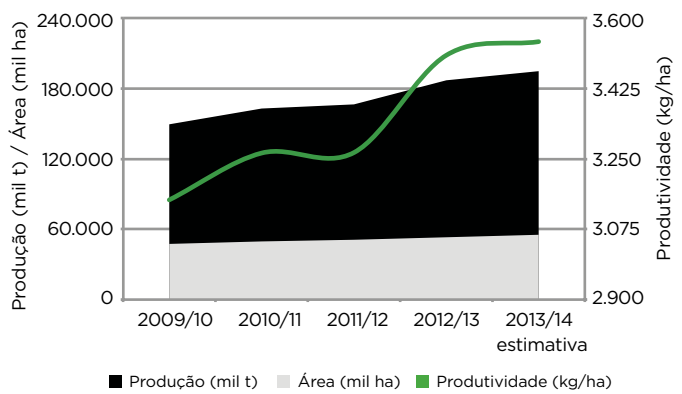
Fonte: Conab

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (R$ MILHÕES)



Fonte: IBGE; FGV; Cepea/Esalq-USP

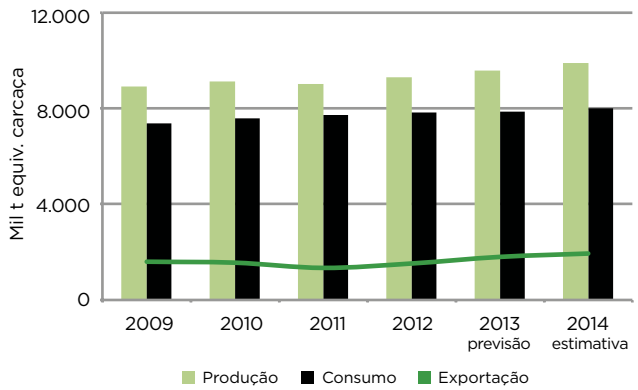
BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab

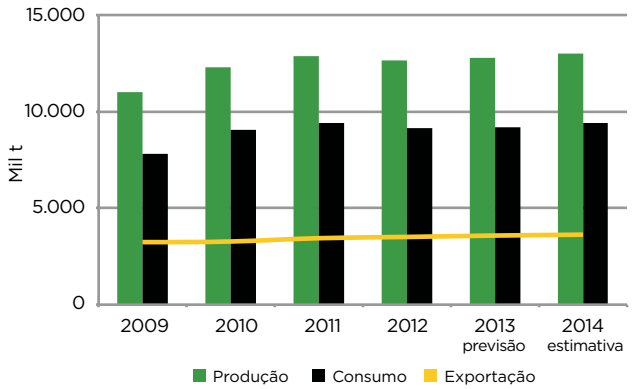
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

BRASIL: PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA



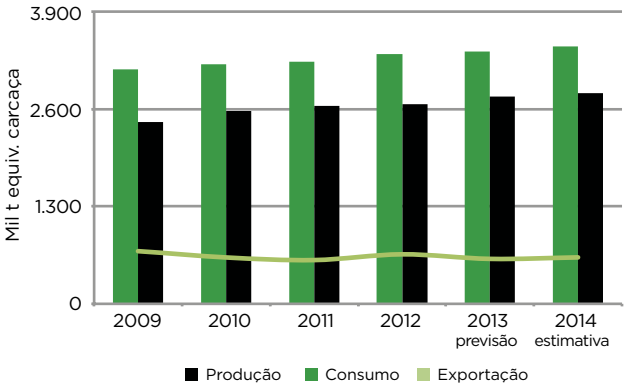
Fonte: USDA

BRASIL: PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO DE CARNE DE AVES



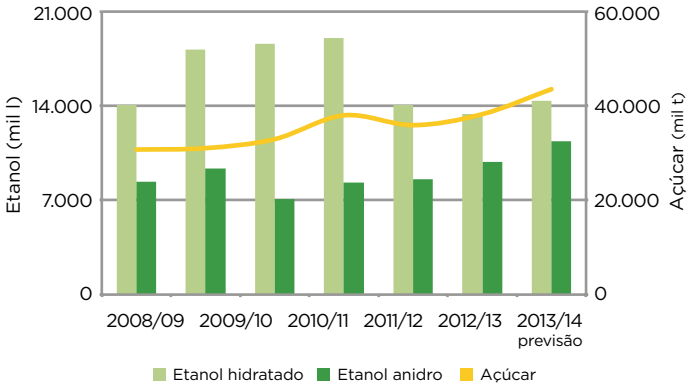
Fonte: USDA

BRASIL: PRODUÇÃO, CONSUMO E EXPORTAÇÃO DE CARNE SUÍNA



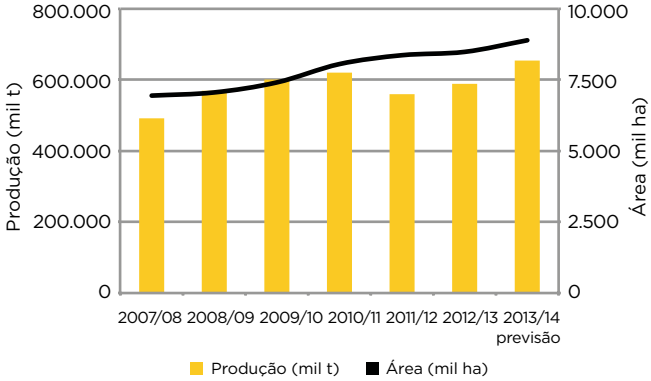
Fonte: USDA

BRASIL: PRODUÇÃO DE AÇÚCAR E ETANOL



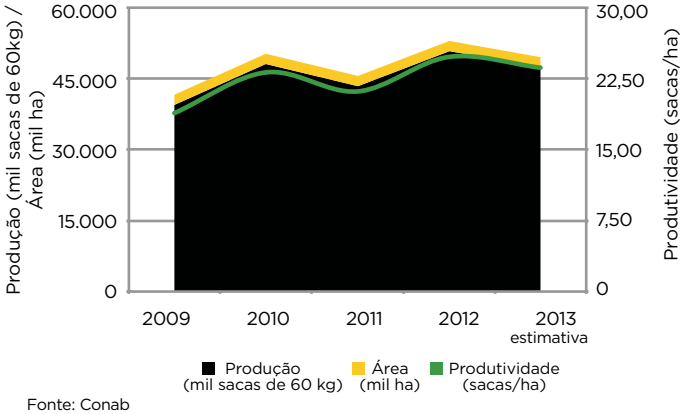
Fonte: UNICA

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM CAFÉ, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab